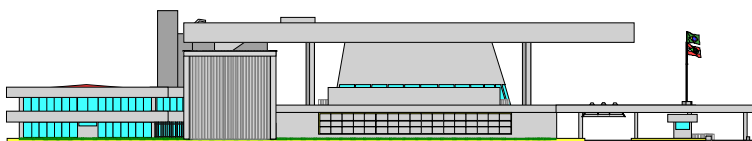


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 10 DE MAIO DE 2011

NÚMERO 6.281

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2281 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 05/05/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 12</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 14 Atas da Procuradoria 21 Aviso de Licitação 22 Aviso de Resultado 22 Mensagem Governamental 22 Ofícios 22 Portarias 24 Projetos de Lei 25 Relatório 29</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à sessão solene em homenagem aos 25 anos do *Diário Catarinense*; comenta encontro com o governador para tratar de solicitações de Concórdia; registra Encontro Anual de Clubes de Mães em seu município.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Enfatiza importância do encontro com o governador e da realização do Encontro Anual de Clubes de Mães em Concórdia; defende a rediscussão do Enunciado n. 0001/2011.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Manifesta-se pela revisão do Enunciado n. 0001/2011.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Apela pela rediscussão do Enunciado n. 0001/2011.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Defende a derrogação do art. 31 da Lei n. 485/2010.

DEPUTADO CARLOS CHIODONI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jair Busarello, de Rodeio.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Coloca sua posição sobre a concessão de licença de funcionamento para os CFCs.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Afirma ser parceiro na busca de solução para as autoescolas.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Expõe o encaminhamento dado à questão dos CFCs.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Comenta audiência pública realizada em Turvo para debater políticas públicas para a comercialização do arroz.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Cumprimenta atuação do deputado José Milton Scheffer em favor dos agricultores.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Comenta audiência de que participarão em Brasília para equacionar problemas dos rizicultores.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Registra a presença de vereadores e do

presidente do PMDB de Alfredo Wagner, e do secretário de Desenvolvimento Regional de Ituporanga.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito e de um vereador de São João do Sul.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Lembra a Semana de Conscientização de Acidentes no Trabalho criada por lei de sua autoria.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Ilhota.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Coloca as expectativas da sua bancada com relação aos futuros desdobramentos da reforma política em tramitação no Congresso Nacional.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se contra o voto em lista.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Traz à discussão reivindicações da região do extremo oeste relacionadas à segurança pública.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Corroborar da preocupação da deputada Luciane Carminatti com os problemas da segurança pública no extremo oeste.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Divulga a resposta da ANTT assegurando a isenção da cobrança de pedágio a veículos públicos; reporta-se ao Hospital Materno Infantil de Criciúma.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Alia-se ao deputado Valmir Comin na solução dos problemas do Hospital Materno Infantil de Criciúma.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Posiciona-se quanto à questão do funcionamento das autoescolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Quero registrar a presença dos alunos do curso de Direito da Faculdade Celer, da cidade de Xaxim.

Sejam todos bem-vindos, é um prazer tê-los conosco.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, agradeço primeiramente ao deputado Neodi Saretta, que me cedeu o seu espaço para que eu fizesse uso da palavra neste momento.

Também quero cumprimentar os alunos do curso de Direito da Faculdade Celer, de Xaxim. Sejam bem-vindos.

Deputada Ana Paula Lima, tivemos a oportunidade, ontem à noite, de homenagear o *Diário Catarinense*, do Grupo RBS, pela passagem dos seus 25 anos de existência, um veículo de informação de muita importância para Santa Catarina.

Hoje, pela manhã, deputado Antônio Aguiar, Pedro Schmidt me mostrou a primeira edição do *Diário Catarinense* editada há 25 anos, o que demonstra a sua importância. Numa das reportagens aparece o então presidente José Sarney dizendo: "Vou fazer mais reformas na área econômica".

E cito outras manchetes: "Bornhausen apoia Kleinübing"; "Grupo de Jaison Barreto abandona convenção do PDT".

O deputado Dado Cherem vive na bela Balneário Camboriú, onde reside também o ex-senador Jaison Barreto. Então, realmente essa é uma lembrança muito bonita e de muito valor.

O *Diário Catarinense*, que completa hoje 25 anos, recebeu homenagem da Assembleia Legislativa no dia de ontem, quando realizamos uma sessão especial requerida pelo presidente Gelson Merisio e aprovada pelos 40 parlamentares.

Hoje, de fato, é a data em que há 25 anos circulou a primeira edição do *DC*, que é o nosso principal jornal estadual.

Nesta Casa, desde a primeira edição, somos leitor do *Diário Catarinense*, que hoje nos brinda com um caderno especial sobre o último quarto de século da história de Santa Catarina, da qual o jornal faz parte.

Aproveitamos para cumprimentar todos os 1.650 colaboradores do Grupo RBS em nosso estado, especialmente os 700 jornalistas e demais colaboradores do *DC* e a família Sirotsky.

O presidente do Grupo RBS, Jaime Sirotsky, disse ontem que o conglomerado de

empresas de comunicação está lançando seu plano estratégico para os próximos cinco anos, que obviamente contempla suas operações em Santa Catarina.

O *DC* vai ganhar uma edição para o *iPad*, a plataforma eletrônica mais moderna, que já vendeu 45 milhões de exemplares. É um jornal moderno desde o seu surgimento, o primeiro totalmente informatizado no Brasil.

Faço esse registro e quero destacar mais uma vez, embora todos os deputados presentes à sessão de ontem o tenham feito, a credibilidade do Grupo RBS, notadamente do *Diário Catarinense*.

Parabéns pelos 25 anos do *DC* e que o jornal continue sendo aquele veículo de comunicação que nos traz as notícias quase em tempo real, acho que nos 293 municípios deste estado.

Sr. presidente, além de homenagear o *Diário Catarinense*, quero aproveitar esta oportunidade para falar de Concórdia, deputado Neodi Saretta, nós que tivemos a honra de ser prefeito daquela maravilhosa cidade.

Ontem estivemos com o governador Raimundo Colombo, juntamente com o prefeito João Girardi, que veio pedir o apoio de sua excelência para a festa de aniversário de Concórdia, que será realizada em julho próximo. Desde já queremos agradecer a acolhida do governador à solicitação do prefeito - nós até tínhamos certeza de que Raimundo Colombo seria sensível ao pedido do nosso município, posto que conhece a importância desse tipo de evento para os municípios catarinenses.

Teremos uma semana de festa, ocasião em que teremos a oportunidade de mostrar, mais uma vez, o potencial de Concórdia e da região tanto na agropecuária, no agronegócio, quanto na indústria e no comércio, ainda mais que aquele município é sede de uma das maiores indústrias alimentícias do país, a Sadia.

No dia de hoje, sr. presidente, Concórdia realiza um encontro que acontece todos os anos e nós, inclusive, tivemos a oportunidade de realizar alguns, quando prefeito. Refiro-me ao Encontro Anual dos Grupos de Mães, no qual não poderei estar presente, mas serei representado pela minha mulher, a Valentina.

Acredito, srs. deputados, que mais de quatro mil mulheres estarão reunidas em Concórdia, festejando aquela que é a pessoa mais importante na vida de cada um de nós, a mãe! Tenho dito sempre, e faço questão de registrar novamente, que nem sempre elas conseguem dar aos seus filhos, à sua família aquilo que gostariam, mas são elas que nos educam, que estão conosco nas horas boas, mas especialmente nas horas mais difíceis. Nos momentos que mais precisamos sempre buscamos o ombro de nossa mãe. Tenho a alegria de ainda conviver com minha mãe.

Faço este registro, cumprimentando todas as mães deste estado, especialmente aquelas que devem estar reunidas hoje, no município de Concórdia, festejando no seu encontro tradicional realizado naquela cidade há muitos anos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador é o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, estudantes do curso

de Direito de Xaxim, presentes neste plenário, nossos futuros colegas advogados, que certamente estão visitando o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e outros órgãos institucionais de Santa Catarina. Sejam todos bem-vindos!

Gostaria apenas, antes de entrar no tema principal da minha fala, deputado Moacir Sopelsa, de reforçar o que v.exa. disse com relação à audiência com o governador do estado sobre os compromissos assumidos com a região e também sobre um momento importante que acontece hoje, em Concórdia, o encontro de mães, que é realmente um evento maravilhoso em homenagem às queridas mães daquele município.

Sr. presidente e srs. deputados, até pensei em não voltar a falar desse tema, mas achei importante, pelo menos, fazer mais um comentário para que fique registrado nos anais da história, porque uma das grandes razões de existir o Poder Legislativo é defender ao extremo a democracia, os debates, a diversidade e a possibilidade, inclusive, de mudar as leis vigentes.

Estão presentes neste plenário alunos do curso de Direito e, com certeza, dentre os seus ideais está o desejo de transformar muitas coisas. Mas eles sabem também que o direito é conservador. Muitas das normas hoje vigentes ainda são as mesmas da época do direito romano, muitas delas sábias, outras nem tanto.

Recentemente, alguns direitos no campo, por exemplo, do gênero foram conquistados, mas por anos e anos muitos direitos foram negados à mulher. Portanto, o Parlamento deve ser motivador das discussões e não inibidor de debates.

Muitas vezes, da tribuna da Assembleia Legislativa, vários deputados disseram que o Poder Legislativo teve seus direitos restringidos, que cada vez mais estão tirando as suas funções, que se pode legislar muito pouco. No entanto, o encaminhamento de um enunciado que coloca barreiras para discutir determinados projetos nesta Assembleia Legislativa contradiz exatamente esse discurso. Sob a alegação de que poderiam ser inconstitucionais, os ditos projetos autorizativos não viriam sequer para o plenário!

Ora, srs. deputados e sras. deputadas, temos que abrir mecanismos para o debate jurídico; temos que abrir mecanismos para romper as fronteiras para determinadas leis. E posso citar um exemplo: a Universidade Federal da Fronteira Sul, grande luta do movimento social, saiu somente porque foi rompida uma barreira, uma vez que se dizia que o projeto era inconstitucional. Contudo, forçou-se o debate na sociedade, a ponto de efetivamente o governo federal dizer que aquilo era importante e criar a UFFS.

Ontem mesmo, deputado Volnei Morastoni, citei o exemplo extraordinário do parto humanizado, do direito da parturiente ter um acompanhante no pré-parto, no parto e no pós-parto. Isso nasceu de um projeto apresentado por v.exa. e pela ex-deputada Ideli Salvatti, e foi uma legislação pioneira no Brasil. Hoje, inclusive, há uma lei federal garantindo esse direito. À luz de determinadas interpretações vigentes à época, sequer teria ocorrido a tramitação do projeto, que transformado em lei trouxe mudanças importantes para as gestantes deste país.

Quero apenas interromper um pouco o meu discurso, porque ontem, ao falar do Dia

das Mães, fiz uma homenagem à mãe da Catarina e hoje ela está acompanhando esta sessão. Então, não poderia deixar de fazer referência à minha filha, que está neste plenário, nesta manhã.

Prossigo, sr. presidente, dizendo que precisamos encaminhar mecanismos que nos possibilitem debater aquilo que alguns dizem que não pode ser modificado. Por isso é importante que os debates venham a esta Casa. Ontem foram votados os vetos. Vivemos num Parlamento democrático e é claro que sabemos respeitar as votações. Perdemos nas votações dos vetos opostos a projetos maravilhosos apresentados pela deputada Ana Paula Lima e outros deputados, mas isso faz parte do jogo democrático. Porém se permitiu que houvesse esse debate.

Havia resolvido não voltar a esse tema, até porque a comissão de Constituição e Justiça aprovou aquela matéria sem muito debate. Mas julguei importante deixar isso registrado para a história. Considero um equívoco esse encaminhamento. Acho que podemos criar outros mecanismos que nos possibilitem trazer mais matérias para o debate e não o contrário. Limitar a iniciativa parlamentar é como ouvir uma opinião contrária e mandar a outra pessoa calar a boca. Não se faz isso, deve-se discordar, se for o caso. Devemos criar mecanismos no sentido de possibilitar o debate maior. Não há problema, porque quem está governo tem ônus também. Fui prefeito, muitas vezes fiz aquilo que me pediram e fui aplaudido, mas às vezes tive que dizer não, tive que propor alguns vetos, pois isso faz parte de administrar.

Então, voltei a esse tema porque achei importante fazer esse registro.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, quero cumprimentá-lo por sua fala segura, firme, com relação ao enunciado. Estou propondo que voltemos a discutir esse tema neste plenário. A nossa bancada está discutindo um recurso para que todos tenham ciência. Inclusive, o deputado Darci de Matos fez um pronunciamento contra o enunciado, já conversei com ele ontem e está disposto a rediscutir a questão.

Eu, na terça-feira, não pude estar na CCJ porque o voo, infelizmente, não decolou de Chapecó. Tive que vir de carro, mas estou com muita disposição para voltar a discutir esse tema que, com certeza, é de grande importância para este Parlamento.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Neodi Saretta, também concordo com v.exa. que devemos rever esse enunciado aprovado pela comissão de Constituição e Justiça.

Entendo que o nosso presidente tenha a melhor das intenções, mas, como v.exa. disse ontem, ao fazer um belo pronunciamento, se há uma lei que dá direito à mulher gestante, na hora do pré-parto, do parto e do pós-parto, de ter um acompanhante é porque alguém num determinado momento teimou e discutiu a questão. Essa lei virou exemplo nacional e, inclusive, a Organização Mundial de Saúde a referenda para outros países.

Portanto, meu voto foi contrário na comissão de Constituição e Justiça, mas como não tivemos unanimidade, apenas coloco a possibilidade de revermos essa decisão e refazeremos o debate, porque é importante que as prerrogativas parlamentares sejam mantidas, mesmo que *sub judice*.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado.

Ontem mesmo alguns deputados manifestaram o desejo também de rever o enunciado. Assim, apelo ao jornal desta Casa que aponte, quando forem feitas essas colocações, todos os pontos de vista e não somente o contraponto à suposta crítica.

Entendo que é importante a democracia e ela deve começar pelos órgãos internos da Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham, quero, no dia de hoje, trazer um assunto que com certeza está gerando bastante polêmica na imprensa e nesta Casa, que é a aposentadoria dos ex-deputados ou a aposentadoria de funcionários públicos e de deputados estaduais.

Temos debatido muito esse tema na comissão de Constituição e Justiça, onde dei o meu parecer contrário. Projeto de lei de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores está tramitando nesta Casa e revoga o art. 31 da Lei n. 485/2010, porque discordamos profundamente do seu teor. Votamos, contra em 2009, quando foi aprovada essa lei, e esta Casa tem que estar aberta para revogar leis que se entendam, em primeiro lugar, inconstitucionais e, em segundo lugar, injustas, com uma visão extremamente atravessada da nossa sociedade.

Então, quero trazer presente que este deputado está trabalhando firmemente, juntamente com sua assessoria, deputado Volnei Morastoni, na perspectiva de revogar essa lei aprovada nesta Casa.

Entendo que foram feridos princípios constitucionais, pois está muito claro na Constituição de Santa Catarina o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art. 50

[...]

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

II - a criação de cargos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional ou o aumento de sua remuneração;

[...]

IV - os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;”[sic]

Portanto, são prerrogativas do governador, do Poder Executivo.

Ainda sobre as inconstitucionalidades da Lei n. 485/2010, adverte-se já haver a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2010.027007-9, deflagrada pelo Ministério Público Estadual, atacando diversos vícios

formais e materiais, como também representação GDRP 05/2011, protocolada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, com pedido de liminar, para que a Assembleia Legislativa se abstenha de conceder vantagem remuneratória lesiva ao erário pelo art. 31 que se pretende revogar. E caso já tenha iniciado algum pagamento com esse fundamento, que se suspenda até decisão final daquela Corte de Contas.

Além disso, a Lei n. 485/2010, na nossa avaliação, também fere diversos dispositivos normativos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como omissão da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa, dentre outros requisitos.

Senão, vejamos:

(Passa a ler.)

“Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”[sic]

Então, nessa perspectiva, srs. deputados e sras. deputadas, entendemos que há um vício muito grave nessa lei aprovada nesta Casa. Primeiramente, entende-se que essa lei deveria ter origem no Executivo; como não teve, é inconstitucional.

Há o argumento de que existe um direito adquirido para quem já pediu o benefício da aposentadoria, mas entendemos que a lei na sua origem possui uma inconstitucionalidade. Por isso, não há direito adquirido.

É nessa perspectiva que estamos construindo a nossa base jurídica para defender a derrogação de todo o art. 31. A nossa expectativa nesses próximos dias é que o relator da comissão de Constituição e Justiça se convença dessa perspectiva a partir de agora. O próprio Tribunal de Contas do Estado já entrou com uma ação, como também o Ministério Público, questionando a constitucionalidade dessa lei que dá direito à aposentadoria de deputado a ex-parlamentares funcionários públicos.

Srs. deputados e sras. deputadas, entendemos que essa lei, além de ser inconstitucional, é imoral, é injusta, porque o deputado exerce uma função eletiva e não pode transformar o seu mandato num peso para a sociedade para o resto da vida. Ele recebe para cumprir uma função, para prestar um trabalho à sociedade, não para se tornar um peso para ela depois.

Por isso, srs. deputados e sras. deputadas, vamos trabalhar firmemente para

derrubar não somente o art. 31, mas também a retroatividade. Como entendemos que na sua origem a lei é inconstitucional, não há direito adquirido. E sobre esse entendimento já, inclusive, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do vereador Jair Busarello, de Rodeio, que veio tratar de assuntos referentes à Celesc nas regiões de Rodeio, Ascurra e Apiúna, onde há uma certa dificuldade na logística funcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputado Carlos Chiodini.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, tenho acompanhado, nos últimos dias, vários parlamentares manifestando-se sobre a questão das autoescolas e do trânsito. Trata-se de um assunto, deputado Silvio Dreveck, que tenho acompanhado desde o ano passado e com o qual me preocupo muito, tanto que tentei - na época até fui muito mal interpretado, porque disseram que eu queria a volta dos pardais - achar um caminho para frear a carnificina que está acontecendo nas estradas, com a perda de inúmeras vidas.

Efetuei muitos estudos com as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, discutindo os pontos críticos com o saudoso comandante Paulo Ekke Mocarzel, que acabou falecendo num acidente de trânsito. Num certo momento, chegamos a propor que fossem arrumados radares, que não eram pardais, pois achávamos que o jeito de segurar a carnificina seria pelo bolso, pois não sabíamos mais o que fazer para diminuir o número de acidentes e de mortes no trânsito. O número registrado pela imprensa é muito menor do que o número de mortes que realmente ocorre, pois somente é considerada morte no trânsito aquela que ocorre no local do acidente. Aquele acidentado que vai para o hospital e vem a falecer, não é computado como morto em rodovia ou no trânsito.

Com relação a essa questão das autoescolas, tenho escutado muita discussão a respeito, mas não quero tomar partido de "a" nem de "b", deputado Silvio Dreveck. Tenho uma posição muito clara a esse respeito: seremos o primeiro estado - porque autoescola é um serviço público, é uma concessão - onde haverá licitação para a concessão de CFCs.

O que acontece hoje, em Santa Catarina? Algumas autoescolas têm o registro antigo do Detran e outras o conseguiram através de liminar. E o estamos vendo no trânsito catarinense e brasileiro? A má formação do condutor, do motorista. Por quê? Porque não existe segurança jurídica que dê condições para as autoescolas investirem em formação, em equipamentos, em profissionalização.

Boa parte das autoescolas funciona através de concessão direta do Detran, sem licitação, deputado Neodi Saretta! Outras funcionam através de liminares. Assim, começaram a pipocar autoescolas por tudo que é canto. Há municípios com dez mil habitantes que têm três autoescolas! Alguma coisa está errada! Não cabem três autoescolas num município com dez mil habitantes! Nenhuma autoescola sobrevive em um município com dez mil habitantes! Alguma coisa está errada.

Não quero fazer juízo de valor se a concessão de liminares para o funcionamento de autoescolas está correta ou não, mas a verdade é que hoje existe uma briga a respeito disso.

Esta Casa aprovou uma lei, criou um critério para o funcionamento das autoescolas; decidimos que não haveria uma autoescola em cima da outra, a fim de que a capacitação dos condutores melhorasse sensivelmente, pois o problema é a má formação dos motoristas.

Há muita gente que diz que se forem fechadas as autoescolas cerca de 100 pessoas perderão o emprego. V.Exas. me desculpem, mas entre 100 pessoas irem para a rua e uma vida poupada, fico com a vida. É esse o meu posicionamento, mas entendo que existam outros caminhos.

De qualquer forma, temos que resolver esta situação: é por liminar, ou é por concessão? Essa questão tem que ser resolvida! O que não pode é ficarmos nessa insegurança jurídica, na qual ninguém quer investir numa autoescola, pois não sabe o que poderá acontecer. O governo estado, inclusive, já deveria ter realizado a devida licitação.

Dizem que todos os CFCs estão irregulares. Como que alguém está irregular se não teve a oportunidade de participar da licitação? Não é a autoescola que está irregular, é o estado que está irregular porque não cumpriu a sua obrigação. É a mesma coisa que dizer, deputado Silvio Dreveck, que devemos trocar a identidade e que as atuais não são mais válidas. Mas se o estado não proporcionar ao cidadão a mudança da identidade, não será ele que estará irregular e a sua carteira continuará valendo.

A nossa grande preocupação, repito, é com o preparo do cidadão que vai pegar o veículo e sair dirigindo pelas ruas. Tenho acompanhado as notícias e não aguento mais ver pessoas morrendo nas estradas, deputado Silvio Dreveck! E grande parte das pessoas que morrem não é culpada pelo acidente, o culpado pelo acidente mata e não morre. Eu não aguento mais ver isso na BR-282! Temos que fazer com que o condutor de automóvel receba uma boa formação para termos paz nas estradas.

Quando a minha esposa quer vir com os nossos filhos de Lages para Florianópolis, saio daqui à noite, pego o carro e viajo para Lages porque não os deixo vir sozinhos para cá, pois é uma loucura o que está ocorrendo nas estradas.

Tive até uma ideia, mas não podemos legislar sobre isso, pois é lei federal: a partir de 2015, 2016, quem não tiver cursado o ensino médio não poderá tirar carteira de motorista. Isso será excelente para fazer essa piaçada estudar também. Tudo quanto é piá, quando tem dez anos, já está pensando em tirar carteira de motorista, mas não quer ir para a escola. É um jeito de fazê-lo estudar para ter uma melhor formação, para fazer o ensino fundamental.

Isso não vale para a renovação das carteiras antigas, mas para as carteiras novas que serão tiradas, deputada Luciane Carminatti. Talvez seja o meio de termos melhores condutores, com uma melhor formação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Elizeu Mattos, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela relevância do tema que v.exa. traz mais uma vez ao plenário desta Casa. V.Exa. tem toda razão quando diz que há insegurança jurídica, pois o encaminhamento correto é o processo licitatório para regulamentar definitivamente as CFCs. Porque há autoescola, deputado Aldo Schneider, que fez investimento por conta de uma liminar que acabou sendo cassada e o proprietário está no prejuízo.

Por outro lado, há insegurança entre aqueles que já estão trabalhando há tempos, mas que não estão, de algum modo, respeitando os critérios aprovados nesta Casa, já que o processo não está concluso, faltando a licitação.

Tivemos uma conversa rápida, na terça-feira, com o secretário de Segurança Pública, César Grubba, que nos disse que vai fazer o encaminhamento da licitação, mas que pode levar um tempo. Disse, entretanto, que havia a intenção de firmar um TAC. Ainda tenho certa preocupação com relação a isso, porque já há uma decisão judicial determinando a abertura do processo licitatório.

Então, deputado, cumprimento v.exa. e gostaria de dizer que sou parceiro nesse encaminhamento e na celeridade desse processo para que acabe essa insegurança jurídica e que se possa fazer um serviço de qualidade em Santa Catarina, com critérios justos..

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Silvio Dreveck.

Gostaria de lembrar aos deputados e a todos que nos assistem pela TVAL que já fizemos, no ano passado, a lei que regulamenta a licitação. Todos temos que estar conscientes de que o mais urgente não é beneficiar "a", "b" ou "c" e se houver um termo de ajustamento de conduta, que se use os critérios aprovados nesta Casa. Agora, do que não se pode fugir é da licitação e da lei aqui aprovada.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Gostaria de saudar v.exa., deputado Elizeu Mattos.

Com referência ao seu posicionamento, quero dizer que concordo plenamente com as suas colocações no que tange à urgência de que alguém tome uma decisão sobre essa questão. Se o estado falhou em não colocar em execução uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa, a falha é de todos. Nós, como parlamentares, temos que buscar a correção desse equívoco. E foi isto que fizemos: buscamos o Ministério Público, a secretaria de Segurança Pública, a PGE, enfim, todos os atores envolvidos, para, dentro da lei aprovada por esta Casa, agilizar o edital de

licitação. O que procuramos fazer foi instigar os órgãos governamentais a agir.

Então, o Ministério Público se comprometeu com todos os atores que fazem parte da solução desse problema. E não tenho dúvida nenhuma de que todas as injustiças serão reparadas com esse edital que logo, logo estará na praça. E daí todos terão a condição de participar de forma igualitária.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço a v.exa. pelo aparte.

Quero apenas fazer um apelo aos atores principais: que não se publique um edital que permita que no dia seguinte "n" ações deem entrada na Justiça para derrubar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, cumprimentando v.exa., cumprimento todos os colegas desta Casa.

Ocupo a tribuna, no dia de hoje, em nome do Partido Progressista para, inicialmente, registrar a presença nas galerias desta Casa do prefeito Alex Sandro Pereira Bianchin, do município de São João do Sul, que se encontra acompanhado do vereador Edson Pereira Trajano, do empresário e produtor de arroz Hélio Bressan e do vereador Roberto Prebianca, de Ilhota, ligado ao segmento da agricultura e que nos prestigia também.

Gostaríamos de trazer, na manhã de hoje, presidente da comissão de Agricultura, deputado Aldo Schneider, à tribuna desta Casa todo o problema que está ocorrendo na comercialização do arroz, no preço desse cereal.

Realizamos na última quinta-feira, através da comissão de Economia, com a presença de muitos deputados, uma audiência pública no município de Turvo. Na oportunidade pudemos ouvir dos produtores e das instituições - ministério da Agricultura, MDA, Conab, secretaria da Agricultura - o tamanho dessa crise e o grande problema que ela vai causar não apenas para o produtor de arroz, mas também para a cadeia produtiva e para a economia de todo o sul de Santa Catarina.

O arroz é, praticamente, uma monocultura no sul do nosso estado, junto também à produção de fumo. Essa crise vai causar um êxodo muito grande. O endividamento do agricultor é algo que não dá nem para imaginar nesse momento, é uma situação quase de desespero. Ouvimos na audiência pública depoimentos angustiados, desesperados, de agricultores que não conseguem mais pagar os seus financiamentos, as suas dívidas.

Agora, na política pública do governo existem mecanismos para solucionar esse problema, mas não estão chegando ao agricultor. O PEP, Programa de Escoamento da Produção, não chega ao agricultor. Além disso, não há armazéns credenciados suficientes para fazer a Aquisição do Governo Federal - AGF - e garantir pelo menos o preço mínimo do arroz.

Criamos em Turvo a chamada Carta de Turvo, contendo várias reivindicações também ao governo do estado para que se sensibilize e retire, nesse momento, assim como fez para a suinocultura, o ICMS do arroz, pelo menos para incentivar os engenhos locais e para criar mais incentivos para que os empresários de Santa Catarina comprem o arroz dos nossos produtores, evitando buscar no Rio Grande do Sul.

Também temos uma pauta longa junto ao governo federal e pretendemos, na próxima semana, fazer com que chegue até o ministro da Agricultura, no sentido de que haja uma ação imediata. Na audiência pública na cidade de Turvo chegamos à conclusão de que é muito mais barato para o governo federal criar um valor por saco de arroz a ser pago sem intermediário diretamente ao produtor, através da Companhia Nacional de Abastecimento, garantindo, pelo menos, o custo da produção. Esse subsídio não vai gerar inflação, porque não vai aumentar o preço do arroz, mas o agricultor será beneficiado. Para cada saco de arroz produzido, que a diferença entre o preço de venda da nota fiscal e o preço do custo de produção seja repassado a cada família, de acordo com o tamanho da sua propriedade, de acordo com a produtividade, tudo isso atestado pela cooperativa, pelas empresas de extensão rural e pela Conab.

Com isso, srs. deputados, o governo vai economizar recursos, porque em vez de fazer a AGF e comprar um saco de arroz, com esse recurso vai pagar cinco sacos e permitir que o agricultor continue na atividade honrando os seus compromissos, sem passar pelo constrangimento que vem passando hoje, de não ter condições de pagar as suas dívidas. O agricultor, que faz um trabalho sério e honesto, que gosta de ter as suas contas em dia, encontra-se deprimido, cabisbaixo e desestimulado a continuar na atividade. E a produção de alimentos é uma atividade estratégica para a humanidade.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo, deputado José Milton Scheffer, pela audiência pública e pelo debate que traz a esta Casa sobre esses trabalhadores tão importantes, que são os agricultores. Sempre digo que eles têm uma profissão muito digna, que é a de produzir alimentos. E alimento é vida. Sem alimento o ser humano não vive.

Durante a história do nosso país, eles não foram valorizados suficientemente. Comentava com o deputado, dias atrás, que infelizmente o Brasil destruiu a sua política pública de armazenamento. Não existem mais armazéns! Em Santa Catarina há somente dois armazéns pequenos! Então, mesmo que o governo queira comprar, não tem onde colocar a produção. Essa política não está funcionando direito. Para nós está claro que é preciso rever toda a política de financiamento público e de preço mínimo no Brasil.

Portanto, quero parabenizar v.exa. e dizer-lhe que, na segunda-feira, não pude estar presente na audiência pública porque participei de um grande encontro da agricultura familiar no município de Concórdia. Mas estamos juntos nessa luta! Na próxima segunda-feira, às 14h, numa audiência pública vamos discutir a fomicultura, que também está com sérios problemas em Santa Catarina.

Quero cumprimentá-lo, deputado José Milton Scheffer, pela luta em favor dos rizicultores. E, com certeza, com a unidade na luta e com o trabalho que estamos fazendo, vamos melhorar as políticas públicas e a situação dos agricultores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Dirceu Dresch, pela sua contribuição, pois estamos num momento em que existem recursos, mas eles não chegam ao produtor que, desestimulado, precisa de uma ação semelhante àquela que tivemos no caso das montadoras de automóveis.

É preciso olhar, nesse momento, para uma cadeia produtiva importante, para um movimento social, para a economia de vários municípios. Está aqui o prefeito Alex Sandro Pereira Bianchin, de São João do Sul, cujo município é produtor de arroz e fumo. Daqui a um ou dois anos a prefeitura vai reduzir o repasse de ICMS em pelo menos 30% em e vai prejudicar os municípios.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ouço v.exa., nosso digno presidente da comissão de Agricultura.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado José Milton Scheffer, gostaria de enaltecer o extraordinário trabalho que v.exa. tem feito à frente da comissão de Economia, trabalho que se assemelha ao nosso trabalho na comissão de Agricultura.

Quero dizer a v.exa., na condição de presidente, com v.exa. ao meu lado na condição de vice-presidente da comissão de Agricultura, que estou solidário à sua manifestação e na próxima terça-feira estaremos juntos em Brasília, numa audiência com o ministro da Agricultura, para apresentar sugestões que minimizem um pouco a condição dos rizicultores catarinenses.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço a sua contribuição, deputado Aldo Schneider, v.exa. que tem lutado muito pelos agricultores como presidente da comissão de Economia desta Casa. Com certeza, juntos iremos ao ministério levando proposições e preocupações.

Agradeço, sr. presidente, e aproveito a oportunidade para reforçar o convite para a audiência pública em que iremos discutir a questão da fomicultura, na próxima segunda-feira. Ela será realizada pela comissão de Agricultura, tendo a participação de v.exa. e também do deputado Aldo Schneider.

Portanto, vejam a importância desse tema e também de sensibilizarmos o governo do estado e o governo federal para apoiarem os produtores de arroz de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de registrar, neste momento, a presença dos vereadores João Constante da Cruz e Ednilson Rodrigues de

Souza, do município de Alfredo Wagner, que aqui estão acompanhados do presidente do PMDB, Naldir Schmitt. É uma satisfação recebermos, no Parlamento catarinense, expressivas lideranças para acompanhar os nossos trabalhos.

Também quero registrar a presença do secretário de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, sr. Adélmo Santana.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero cumprimentar os vereadores e as lideranças citadas pelo deputado Aldo Schneider e registrar também a presença do prefeito Alex Bianchin, de São João do Sul, o mais novo prefeito eleito em Santa Catarina, e do vereador Edson Trajano, que o está acompanhando.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Não havendo deputados do partido que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, quero reportar-me, hoje, a um assunto importante para os trabalhadores.

(Passa a ler.)

"Comemoramos no dia 1º de maio o Dia do Trabalho, mas no dia 28 de abril, na semana passada, celebramos no Brasil a data dedicada à conscientização sobre os acidentes no trabalho. No ano de 2007, por iniciativa deste deputado, esta Assembleia Legislativa decretou, e o ex-governador Luiz Henrique sancionou, a Lei n. 14.077, que criou a Semana de Conscientização de Acidentes no Trabalho.

O objetivo deste deputado foi ampliar a conscientização para os graves problemas decorrentes dos acidentes no trabalho, que ceifam vidas, deixam pessoas inválidas e causam inúmeras doenças com origem nas atividades profissionais, muitas vezes realizadas sem os cuidados recomendados e necessários.

Seminários, aulas, palestras, concursos, peças publicitárias e campanhas nas mais variadas mídias com o objetivo de preservar o trabalhador, alertando-o para riscos que pode e deve evitar, são ações propostas pela Lei n. 14.077, para serem empreendidas pela secretaria de estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

O assunto é de tal magnitude que os números são estardalosos. Em todo o planeta, milhões de trabalhadores se acidentam e centenas de milhares morrem no exercício do trabalho a cada ano. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, ocorrem anualmente mais de 270 milhões de acidentes no trabalho no mundo e são registrados apenas 160 milhões de casos de doenças ocupacionais.

Essas ocorrências chegam a comprometer 4% do PIB mundial. Cada acidente

ou doença representa em média a perda de quatro dias de trabalho. Dos trabalhadores mortos, 22 mil são crianças, vítimas do trabalho infantil. Ainda segundo a OIT, todos os dias morrem, em média, cinco mil trabalhadores devido a acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho.

No Brasil, as estatísticas de 2010 ainda não foram completamente tabuladas, mas nas disponíveis e oficiais, do período de 2007 a 2009, foram contabilizados 2,138 milhões de acidentes de trabalho, sendo que mais de 35 mil trabalhadores ficaram permanentemente incapacitados e 8.158 perderam suas vidas nos locais de trabalho, muitos dos quais jovens em plena idade produtiva, cujas mortes poderiam e deveriam ter sido evitadas.

Considerando uma jornada média de oito horas de trabalho, temos um óbito para cada 3h30 no país e 43 pessoas ficam incapacitadas para sempre a cada dia. Já o custo social, por ano, chega a quase R\$ 60 bilhões, somente em gastos com a assistência médica, benefícios por incapacidade temporária ou permanente, pensões por morte de trabalhadores e trabalhadores vítimas das más condições de trabalho, sem contar o custo social e o sofrimento imputado por essa situação aos trabalhadores e suas famílias, que são incalculáveis.

Diga-se de passagem, essas estatísticas são restritas aos que têm carteira do trabalho, ficando fora dos registros oficiais os trabalhadores informais, servidores públicos estatutários, bem como todo o trabalhador rural que não tem vínculo empregatício, como é o caso de muitos catarinenses autônomos, que vivem nas suas pequenas propriedades.

Outro aspecto grave é que os segurados do INSS têm encontrado enormes dificuldades para assegurar seus direitos quando adoecem ou acidentam-se, pois, via de regra, os peritos não reconhecem os acidentes de trabalho, sobretudo as doenças, além de determinar alta médica às pessoas sem a menor condição de retornar ao trabalho.

Para muitos dos peritos, os trabalhadores são fraudadores que simulam doenças para obter benefícios, uma visão preconceituosa, distorcida da realidade social e do mundo trabalho, uma constante trajetória de humilhações aos trabalhadores contribuintes do sistema de seguridade social.

Recentemente, a secretaria executiva do ministério da Previdência Social anunciou medidas importantes que vêm ao encontro das reivindicações dos trabalhadores pela humanização das perícias, como a autorização de acompanhantes nas perícias médicas, reconhecimento dos laudos emitidos por médicos assistentes e divulgação nas agências dos direitos dos segurados no que diz respeito à ética médica.

De outra parte, é importante lembrar às pessoas que acidentes de trabalho estão presentes em todo o tipo de atividade, embora os segmentos mais perigosos sejam os da agricultura, mineração, construção civil e pesca. Nas indústrias há atividades especialmente perigosas, como o controle de prensas, fresas ou serras, como ocorre na indústria moveleira. Para todo o tipo de equipamento que envolve risco, o operador precisa ter muito cuidado e permanente atenção.

Precisamos investir, cada vez mais, em técnicos de segurança do trabalho, que avaliam riscos, contando com pessoas que cuidam do planejamento das atividades, como

os engenheiros do trabalho, os engenheiros mecânicos e eletricitas, sem contar o médico do trabalho, profissional que instrui sobre posturas laborais, na busca da orientação correta para evitar doenças decorrentes de atividades perigosas ou executadas de maneira errada.

No campo também é preciso redobrar a avaliação de riscos, como quando o trabalhador rural está operando máquinas, um trator ou mesmo está lidando com um instrumento como uma foice ou uma machadinha próximo a outra pessoa. Acidentes não avisam, mas podem ser evitados com precaução e muita atenção em nossas atividades cotidianas.

Para finalizar, na condição de médico, lembro a todos que os primeiros minutos que sucedem um acidente, principalmente nos casos mais graves, são importantíssimos para a garantia de vida da vítima, principalmente se forem bem aproveitados pelo socorrista.

A pessoa que acode quem se acidentou é fundamental e as chances de sobrevivência diminuem drasticamente para as vítimas de trauma que não recebem cuidados médicos especiais dentro de uma hora após o acidente. Se o acidentado tiver a sorte de ter um socorrista por perto que possa prestar-lhe os primeiros socorros, aumentam as suas chances de recuperação.

Da parte de quem presta o auxílio, há uma verdadeira corrida contra o tempo, em que os seus conhecimentos e os de primeiros socorros têm de ser praticados com rapidez e eficiência. O autocontrole é fundamental, pois, sem ele, atitudes irresponsáveis podem pôr em risco a vida do paciente e a sua própria. Dentre tantas providências que se fazem necessárias nesses casos, o socorrista deve ter bem claras em sua mente aquelas realmente produtivas.

A sequência envolve os primeiros socorros com a verificação cuidadosa do estado da vítima, o conhecimento da ocorrência para relatar o que aconteceu, a avaliação dos sinais vitais, o exame da cabeça aos pés e o cuidadoso transporte do acidentado, com técnicas de imobilização que forem possíveis."

É verdade que os acidentes de trabalho que ocorrem em Santa Catarina e no Brasil são causados, muitas vezes, pelo descuido do próprio trabalhador, mas na maioria das vezes são responsabilidade do empregador, que deve investir em equipamentos e em segurança, a fim de diminuir, senão erradicar, esses sinistros.

Era o que tínhamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, queremos registrar a presença do presidente da Câmara Municipal de Ilhota, vereador Luiz Peixe, além dos vereadores Roberto Prebianca e José Antônio Lessa.

Queremos anunciar ainda a presença da engenheira agrônoma Cíntia Veiga, de Tatiana Reichert, de João Alves e João Francisco Zimmermann, que assim que a sessão for suspensa utilizarão a palavra neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, em nome da nossa bancada queremos parabenizar as mães catarinenses, em nome das duas deputadas da nossa bancada, mulheres e mães que honram o Partido dos Trabalhadores.

Hoje o Brasil tem uma presidenta da República, também do PT, que é mulher e mãe; tivemos uma candidata ao governo do estado, a nossa ministra Ideli Salvatti. Então, o nosso partido tem valorizado, tem aberto as portas para a participação das mulheres, das mães, mas a verdade é que temos que avançar muito mais!

É muito importante a participação da mulher, da mãe na política nacional, a fim de contribuir com a feitura de leis, com a implementação de políticas públicas, enfim, em todos os espaços de poder da vida nacional. É importante também a sua participação na produção, na luta diária, porque infelizmente ela ainda não é suficientemente valorizada, reconhecida.

Temos certeza de que o Brasil está caminhando muito firmemente para a afirmação do poder das mulheres, ainda mais agora com uma mulher e mãe ocupando a Presidência da República, que por certo cuidará melhor da população brasileira. Mas é necessário que a mulher participe mais da vida política, da vida sindical do país.

Então quero, em nome da nossa bancada, dar os parabéns, desejar muita força na luta diária das nossas mulheres e mães, na passagem do seu dia, neste final de semana.

Quero ainda, rapidamente, lembrar que teremos um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul no Assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul, no Paraná, que será repassado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, para a implantação do seu primeiro prédio. Trata-se de uma marca da nossa UFFS, que mostra como é diferente a articulação dessa universidade, que foi uma grande conquista dos movimentos sociais.

Ainda no campo educacional, quero apresentar alguns números que mostram o grande investimento que o ex-presidente Lula fez, ao qual a presidente Dilma Rousseff, com certeza, dará continuidade.

Em 2001, o governo federal destinou R\$ 5,5 bilhões ao Fundo Nacional de Educação; com Lula esse montante aumentou expressivamente, pois em 2009 foram liberados R\$ 13,7 bilhões e em 2010, R\$ 15,5 bilhões. É um investimento extraordinário!

No governo de Fernando Henrique foi criada apenas uma universidade federal, no governo do presidente Lula foram criadas 14 universidades públicas, estando prevista a criação de mais uma que será inaugurada nesse próximo período. Portanto, são 15 universidades federais criadas pelo ex-presidente Lula.

No dia de ontem recebemos um comunicado, nesta Casa, sobre dois convênios assinados, que representam um repasse de recursos para o governo do estado para investimentos em educação, dentro da política de descentralização dos recursos federais em nosso país.

Então, esses grandes investimentos merecem aplausos, pois são importantíssimos para a sociedade brasileira. Além disso, mais de 100 *campi* de universidades federais foram abertos em diversas regiões, a exemplo da nossa Universidade Federal de Santa Catarina, que abriu *campi* em Aranguá, Curitiba e Joinville.

Sendo assim, são grandes investimentos, grandes melhorias, além de outras ações do Instituto Federal de Educação, que vem expandindo pelo país ações políticas de incentivo, inclusive, com repasses de recursos aos municípios, aos estados, ampliando muito, nesses últimos anos, as condições de atender à educação neste país. Com certeza é uma grande vitória para o povo brasileiro, uma grande conquista para a população e principalmente para os nossos estudantes.

Por fim, quero debater mais uma vez a reforma política no Brasil. Infelizmente, esse debate sempre vem após as eleições, mas depois, de certa forma, vai-se abandonando o tema. Tem sido assim em todas as últimas eleições. Mas a expectativa que temos agora é que não se fique simplesmente no debate acerca da necessidade de fazer a reforma política, mas que se avance de fato.

No último final de semana, o diretório nacional do nosso partido se reuniu e tirou uma resolução nesse sentido. Uma das grandes ações do Partido dos Trabalhadores será articular com os movimentos sociais e com a sociedade o debate sobre o tema.

Primeiramente, gostaria de dizer que nem tudo no sistema político nacional é ruim, temos que preservar algumas questões que já foram conquistadas durante os últimos anos. Destaco alguns pontos importantes do sistema político nacional, dentre eles a proporcionalidade nas eleições parlamentares, o voto obrigatório e a ausência de cláusula de barreira, que precisam ser corrigidos.

Estamos focando em nosso debate, deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima e deputado Neodi Saretta, da nossa bancada, a questão do financiamento público de campanha como um dos pontos centrais da discussão. Não é possível continuarmos, dentro do sistema político nacional, com financiamento privado, pois isso faz com que cada vez mais a política e os políticos tenham proposições privadas. Isso traz uma condição política muito complicada no Brasil, ou seja, o poder econômico tem uma influência muito forte, muito grande sobre as lideranças políticas.

E o financiamento público de campanha?

Muitas vezes a sociedade nos questiona acerca da validade de dinheiro público para financiar campanha política, mas essa é uma questão muito natural pelo mundo afora. Estivemos, em novembro, em Portugal, e o governo estava prestando contas do investimento que fizera para a campanha eleitoral para a Presidência da República no país. É uma questão natural! O que acontece hoje, infelizmente, é que o dinheiro da sociedade, o dinheiro dos contribuintes, está indo para o financiamento, muitas vezes, de caixa dois, para investimentos da iniciativa privada em campanhas eleitorais. E isso é muito ruim, o Brasil precisa urgentemente organizar, oficializar essa contribuição e inibir, proibir o financiamento privado em campanha política. Essa é a posição que estamos apresentando à sociedade e defendendo-a.

O segundo ponto crucial em relação à questão política é o voto em lista.

É importante, e podemos até discutir um processo misto, mas precisamos fortalecer os partidos políticos no Brasil. O que estamos vendo é que as lideranças estão-se colocando acima dos partidos políticos, criando toda essa confusão que vivemos no Brasil nesse último período, quando se cria, a cada momento, um novo partido, que não possui projeto político, que não tem linha de ação nem programa para o país.

A terceira grande questão é a reforma partidária.

Muitas vezes vejo deputados e lideranças políticas dizendo: "E os caciques?" Ora, precisamos ter mecanismos internos nos partidos políticos para que as pessoas tenham voz, vez e para que haja, de fato, democracia interna. Sem isso, veremos frequentemente, como vimos há poucos dias - e já mencionei isso na última terça-feira -, lideranças deixando sua agremiação e partindo para criar outro partido, como foi o caso do prefeito Gilberto Kassab, de São Paulo.

Entendemos ainda que precisa existir um grande processo de mobilização da sociedade e o nosso partido já está fazendo isso. No dia 20 de maio deve estar aqui o deputado federal Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados, no evento da Unale. No dia 19 de maio, virá também a Santa Catarina o deputado Henrique Fontana, que é um dos grandes debatedores da questão política, para participar de uma atividade do PT.

Então, vamos mobilizar-nos neste ano com toda força, já que é um ano em que não teremos eleições, e aproveitar para fazer grandes discussões, grandes debates, sobre esse tema. Esperamos que a sociedade se envolva, participe, como também os movimentos sociais, os sindicatos, as organizações, promovendo uma grande discussão, a fim de que se faça, de fato, uma reforma política neste país, caso contrário a nossa democracia estará comprometida, sem futuro, porque sem partido forte, sem um projeto político de desenvolvimento para o país, não teremos futuro na democracia.

Esse é o nosso grande desafio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Dirceu Dresch, tenho o mais profundo respeito pelas opiniões de v.exa., mas a minha diverge totalmente da sua em relação à questão do voto em lista. E como v.exa. acaba de falar que é importante termos partidos fortes, que partidos fortes são feitos com candidatos e pessoas fortes, homens que têm realmente representatividade junto à população, acho que nada mais correto e mais justo do que a população ter a oportunidade e votar em lideranças com nome, sobrenome e endereço, em vez de votar numa sigla partidária.

Essa é a minha opinião e quero que v.exa. saiba que tenho o mais profundo respeito pela sua. Aliás, a opinião de v.exa. não é solitária, há muita gente que pensa

como v.exa., principalmente os grandes caciques brasileiros, aqueles que dominam os partidos e que certamente com voto em lista terão oportunidade de deixar nas primeiras colocações os seus apadrinhados. Aí, certamente, teremos a oportunidade de ver muitos sobrenomes famosos em listas de partidos.

Srs. deputados, estive na Espanha há 15 dias participando de um seminário e tive a oportunidade de conhecer mais de perto, na prática, a experiência do tal voto em lista. Vimos denúncias na imprensa espanhola de compra de vagas na lista e de corrupção por causa da lista. Isso num país de primeiro mundo! Imaginem no Brasil, que é tido como de terceiro mundo, como seria essa história de lista!

De qualquer maneira, o debate é salutar, a discussão de ideias é fundamental! Para isso existe Parlamento, ou seja, exatamente para que se discutam e discorde-se das ideias e no final chegue-se a um denominador comum.

Acho que esse é um tema bastante interessante, que certamente mobilizará políticos do nosso país inteiro. Mas, particularmente, não acredito sinceramente que prospere, pelo menos neste primeiro momento, nesta primeira reforma, que acho até que será uma reforma para inglês ver, ou seja, será uma maquiagem. As reformas profundas que precisam ser feitas neste país em nível político não acontecerão. E uma das principais delas é cortar na própria carne, começando pela diminuição do número de parlamentares federais, estaduais, municipais e até, quem sabe, a extinção do próprio Senado. Aí, sim, estaríamos começando a verdadeira reforma política neste país, pensando de maneira patriótica, cortando na própria carne. Santa Catarina possui 40 deputados e não precisaria mais do que 25! Em Brasília temos 513 deputados federais e com 200 o problema estaria bem resolvido, porque o resto não faz nada!

Então, precisamos, na verdade, começar a reforma política por aí, ou seja, cortando pela metade o número de parlamentares e pela metade também o que vem atrás desses parlamentares nas Câmaras Estaduais, Municipais e Federal. E vejo com tristeza que no meu município parece que vai aumentar o número de vereadores de 19 para 25.

Srs. deputados, eles querem aumentar, porque houve há alguns anos uma diminuição no número de vereadores, mas não diminuíram a verba! Quer dizer, queriam dar decência à política diminuindo o número de parlamentares, mas não diminuíram a verba. Então, os que permaneceram ficaram com uma mordomia enorme. O certo seria diminuir o número de parlamentares e diminuir a verba também, principalmente a verba! Ou então se mantém o número de parlamentares e corta-se a verba pela metade. Quem sabe não é por aí o caminho?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, esta Casa é importante por isto mesmo, ou seja, para debater as diferentes ideias, as diferentes propostas e os diferentes projetos.

V.Exa. levantou duas questões. Com relação ao voto em lista, na minha avaliação, pode ser até misto. Não haverá financiamento

público, se não houver voto em lista, porque é muito difícil combinar o financiamento de pessoas e de partidos.

A outra questão levantada por v.exa. foi o número de parlamentares. Até concordo com a extinção do Senado, acho que esse é um debate que pode ser feito. Agora, para mim as Assembleia Legislativas, as Câmaras de Vereadores e a Câmara Federal de fato representam o pensamento da sociedade. Por isso acho desnecessário diminuir o número de parlamentares nesses três esferas.

Entretanto, podemos discutir quanto gasta uma Câmara de Vereadores, podemos reduzir o gasto ou até transformar a vereança em trabalho voluntário, como já foi. Agora, defendo que a manutenção do número, pois se trata da representação da sociedade. O custo é uma coisa, outra é a representação da democracia. Este Parlamento representa de fato o pensamento do povo e estamos aqui porque temos a aprovação da sociedade pelo que fazemos, pelo que pensamos, pelo que desenvolvemos.

Então, quero dizer que é justamente por haver essas divergências de ideias é que vamos chegar a uma reforma política. É muito difícil, com certeza, mas é possível, se a sociedade mobilizar-se.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado!

O tal de financiamento público também, no meu modo de entender, é legalizar o caixa três, porque duvido que a partir do momento em que tivermos o financiamento público os candidatos não vão procurar dinheiro junto à iniciativa privada como fazem hoje. Então, estaríamos legalizando o caixa três, na verdade. Já há o caixa dois, e iríamos para o caixa três. É um assunto a ser discutido de maneira muito salutar, muito responsável.

Teria uma série de outros assuntos para tratar, mas infelizmente tenho apenas mais um minuto.

Todavia, que lamentar que ontem, mais uma vez, o meu projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação, nas empresas bancárias e financeiras com agências e postos de atendimento do estado de Santa Catarina, de sistemas de segurança e monitoramento por câmeras de vídeos e dá outras providências tenha capotado.

Sabe o que acontece, deputado Dirceu Dresch? Somos 40 deputados, mas não podemos legislar sobre matérias que dizem respeito ao município, não podemos legislar sobre matéria federal, sobre as questões do Executivo, porque há vício de origem. Estamos aqui fazendo o quê? Somente podemos conversar. No Parlamento, vamos apenas falar!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero cumprimentar o meu amigo e companheiro dr. Saibro, da cidade de Xanxerê, que está no plenário. Sinta-se em casa, v.sa. tem o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0494/2011, 0495/2011, 0496/2011, 0497/2011, 0498/2011 e 0499/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0505/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; e

0503/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0501/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e outros, que solicita a constituição do Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica e Sustentável.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para ouvirmos a representante da Associação dos Desabrigados Atingidos da Região do Baú, entidade representativa da comunidade de Ilhota.

Como não há mais matérias constantes na pauta da Ordem do Dia, está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Aleisc Digital.

Deputado Maurício Eskudlark, embora estejamos no horário de Explicação Pessoal, chegaram duas solicitações do governo e quero fazer a minha manifestação nesse sentido.

Em primeiro lugar, quero falar sobre uma situação do extremo oeste catarinense, região que v.exa. conhece muito bem e o deputado Moacir Sopelsa também, referente à 13ª Delegacia Regional de Polícia Civil.

Tivemos acesso a um documento elaborado pelo dr. Ricardo Casagrande, delegado de Polícia Civil de São Miguel d'Oeste, no qual relata a situação dos 27 municípios daquela comarca com relação à custódia dos presos detidos na cadeia pública.

É lamentável quando o delegado, ao mesmo tempo em que relata esse problema, dizendo que não há um policial militar sequer para fazer a segurança das ruas, recebe um comunicado de que terá apenas um policial após as 20h para manter sob custódia os presos que estão sob sua responsabilidade.

Esse delegado informou também que a Polícia Civil, como sabido por todos, não tem a função de salvaguardar presos, tem outra finalidade. Esses policiais são capacitados para polícia judiciária, investigação, formalização de procedimentos, inquéritos, investigação, flagrantes, apreensão de adolescentes, e não para manter presos sob custódia.

O delegado afirma por último, no documento, que não tem condições de continuar com essa situação e que está na hora de a Polícia Militar, de o Deap assumir a custódia desses presos.

Então, vou encaminhar esse documento, deputado Maurício Eskudlark, à comissão de Segurança Pública, para que possamos manter um diálogo com o Deap,

com o governo do estado como um todo, para que de fato defina as responsabilidades de cada um.

Os policiais civis das comarcas de São Miguel d'Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Anchieta, Descanso, Maravilha, Cunha Porã, Mondai e Itapiranga estão em desvio da função. Então, vou encaminhar esse documento à comissão de Segurança Pública para os procedimentos necessários.

Há mais uma solicitação, deputado Maurício Eskudlark: temos a construção, junto à penitenciária agrícola, do presídio de Chapecó, que era uma reivindicação antiga da comunidade. E pasmem todos, o presídio está quase concluído, mas não foi construída uma ala feminina. Como podemos entender isso? As apenas continuarão a ser atendidas sem nenhuma condição de ressocializar-se.

Então, houve toda uma movimentação esta semana na Câmara de Vereadores, deputado Maurício Eskudlark, e o encaminhamento é que se construa uma nova penitenciária na região, porque a que existe não atende mais à demanda, e isso não é mais novidade.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputada Luciane Carminatti, realmente, em Chapecó, pelo que estou sabendo, diante da gravidade do problema, o interessante é transformar a cadeia pública do bairro Santa Maria em presídio feminino. Com certeza um estabelecimento para a prisão de mulheres representa menor periculosidade. A grande maioria dessas mulheres foi induzida ao tráfico, mas as condições físicas e de higiene lá são péssimas. É um presídio antigo, sem as devidas condições.

O grande problema, o grande desafio do governo e da deputada Ada De Luca, agora na secretaria de Justiça, é o sistema prisional.

Assim, com a participação de v.exa., queremos fazer uma audiência pública em São Miguel d'Oeste para tratar das câmeras de vigilância e da segurança. Hoje, a unidade prisional está em uma delegacia, construída em 1960, que foi sendo adaptada para ser um presídio. Fica no centro da cidade e tem 40 presos, portanto, precisamos construir uma nova unidade.

Foi definida uma área para a nova unidade prisional, no bairro São Luiz, ainda dentro da cidade. Entendo que precisamos discutir com o prefeito para construir essa unidade prisional numa área fora do perímetro urbano. A grande reclamação hoje é que o presídio está no centro da cidade. Vamos construir outro também dentro da cidade?

Então, é muito procedente a sua preocupação. Devemos fazer esse debate, no sentido de construir mais uma unidade prisional em São Miguel d'Oeste, mas fora do perímetro urbano.

Em São Lourenço do Oeste, os presos são levados para Xanxerê ou Chapecó, a 130km. Assim, para buscar o preso em Chapecó, levar para a audiência e depois voltar, a viatura faz 500km. Isso é feito muitas vezes num dia. O sistema é preocupante. Sei que a deputada Ada De Luca terá essa preocupação, bem como o governador.

Então, é importante o levantamento da questão por v.exa., para que se encontre a

melhor solução. A população de Chapecó não quer que fique nem a unidade prisional feminina no bairro Santa Maria. Mas, com relação ao próprio presídio da Trindade, estamos sem solução há muito tempo. Então, é importante que uma medida seja tomada com urgência para resolver o problema prisional no estado de Santa Catarina.

Obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Vou fazer uma visita à secretária Ada De Luca, para manifestar-lhe apoio e solicitar seu empenho, porque também é nosso papel cobrar melhorias nesse setor.

Quero informar sobre o café da manhã que realizamos às 7h30, do qual participaram vários deputados e também assessores de gabinetes representando-os. Trata-se do Fórum Catarinense de Economia Solidária, que abrange um conjunto de atividades econômicas, que tem como foco a alta gestão, a cooperação e a solidariedade. Este Parlamento está apoiando e também o Fórum Parlamentar Catarinense.

Por último, quero registrar, tendo em vista que domingo é o Dia das Mães, as grandes conquistas das mulheres: o direito ao parto humanizado, o direito à educação para seus filhos e o direito à creche. A nossa presidente anunciou que neste ano teremos 1.500 novas creches. Essa conquista deixa as mães muito felizes.

Eu, como mãe e professora, não tenho dúvidas de que a maior conquista para os educadores seria o governador Raimundo Colombo, na sexta-feira, anunciar em coletiva a todo o estado a implantação do piso salarial do Magistério em Santa Catarina.

Terá que o fazer porque o STF já julgou a Adin, mas seria um belíssimo presente, um gesto muito nobre da parte do governador às milhares de mães, professoras que estão na ativa ou aposentadas e que aguardam uma melhoria salarial.

Então, fica o meu pedido, pois de fato seria muito interessante que isso acontecesse.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu também estou torcendo por isso. Acredito que vamos ter uma notícia boa para os nossos professores.

Inscrito o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu assomo esta tribuna, aproveitando a deixa do deputado Dirceu Dresch, que falou da questão do financiamento público de campanha. Quero dizer que particularmente defendo financiamento público, até contrariando um pouco o que o deputado Nilson Gonçalves colocou.

É claro que, independentemente de se tratar de financiamento público, alguns sempre vão ter habilidades para fazer caixa dois ou caixa três. Agora é uma maneira democrática de proporcionar a condição básica aqueles que não a tem - que são pessoas de bem, ilibadas, idôneas - e que pretendem ingressar na vida pública.

Então, essa condição do financiamento público vai dar o básico para que essas pessoas também possam estabelecer sua plataforma de trabalho e as suas propostas para que a sociedade possa, com muita clareza, fazer a sua escolha.

Mas aproveite a manhã desta quinta-feira para tecer um comentário a respeito do Requerimento n. 0237/2011, de minha autoria, aprovado pelos parlamentares desta Casa e encaminhado à ANTT, com relação à questão do pedágio dos veículos oficiais, tanto da esfera federal quanto da esfera estadual, nas praças de pedágio de Santa Catarina.

Apresentamos um projeto nesta Casa que, depois de aprovado, foi vetado pelo governador sob a alegação de inconstitucionalidade. Na sequência, pedimos um esclarecimento à ANTT, que nos encaminhou a seguinte resposta:

(Passa a ler.)

"Reportamo-nos ao Ofício GPS/DL/0232/2011, de 29.03.2011, no qual Vossa Excelência encaminha Requerimento nº 0237.9/2011 solicitando passagem livre e acesso fácil aos veículos das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, SAMU e Ambulâncias do Poder Público Municipal e Estadual, nas praças de pedágio localizadas em Santa Catarina.

1. Acerca das isenções de pedágio, é importante ressaltar que, nos termos dos Contratos de Concessão e do Programa de Exploração de Rodovia das Concessionárias Autopista Planalto Sul e Autopista Litoral, ambos com trechos em Santa Catarina, há a previsão:

Contrato de Concessão

Isenções

6.24 Terão trânsito livre no Lote Rodoviário e, portanto, isentos de pagamento da tarifa de pedágio, os veículos de uso da ANTT e da Polícia Rodoviária Federal, assim como os veículos oficiais conforme definidos na legislação em vigor.

6.25 A Concessionária, a seu critério e por conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal.

Programa de Exploração da Rodovia

6.4.2 Procedimentos Executivos

[...]

A operação das Praças de Pedágio e Auxiliares envolverá a adoção de procedimentos especiais nos casos de isenção, tais como veículos oficiais, que deverão dispor de pista especial, onde será feito registro visual, identificação do veículo e consequente confirmação da isenção.

2. No que tange à legislação, deve-se citar o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Os veículos da administração pública federal direta autárquica e fundacional são classificados, para fins de utilização, nas seguintes categorias:

I - Veículos de representação;

II - veículos especiais;

III - veículos de transporte institucional;

IV - veículos de serviços comuns; e

V - veículos de serviços especiais.

[...]

Art. 7º Os veículos de serviços especiais em atividades relativas a:

I - segurança pública;

II - saúde pública;

III - fiscalização;

IV - segurança nacional; e

V - coleta de dados.

3. Assim, conforme se verifica pela previsão dos Contratos de Concessão e na legislação citada, já está assegurada a isenção do pedágio para veículos das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, SAMU e Ambulâncias do Poder Público Municipal e Estadual.

4. Desta forma, para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, esta Agência se coloca à disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

(a) CÉSAR DIAS

Chefe de Gabinete"[sic]

Sr. presidente, essa correspondência nos leva a dizer, deputado Volnei Morastoni, que já está assegurado, pelo contrato de concessão com a Autopista Litoral Sul, o direito à isenção aos veículos oficiais tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal. É evidente que é preciso obedecer aos critérios legais, fazendo a devida identificação prévia, mas essa isenção, esse passe livre faz toda a diferença, principalmente quando se tratar de atendimentos de emergência.

Gostaria até de destacar que essa foi uma provocação feita pelo vereador Nei, de Paulo Lopes, pois apresentamos o projeto nesta Casa, mas pelo princípio da inconstitucionalidade houve o veto do sr. governador, que esta Casa não conseguiu derrubar.

Sr. presidente e srs. deputados, quero reafirmar aquilo que coloquei na tarde de ontem, quarta-feira, com relação ao Hospital Infantil Santa Catarina, do município de Criciúma.

Deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é médico, presidente da comissão de Saúde, onde debatemos a questão da Pediatria e da Oncologia, sabe que essa é realmente uma situação complicada, porque a demanda de toda a região acaba recaindo nos cofres do município de Criciúma. Dos pacientes do pronto atendimento, 70% são de Criciúma e 30% do entorno desse município; na UTI, 80% são crianças do entorno e dos municípios da região sul, e tão somente 20% de Criciúma. Essa é a estatística, os dados concretos que temos sobre o atendimento em Criciúma.

Não é justo que o município de Criciúma arque com toda essa despesa. É um hospital municipal, mas com caráter de um hospital de dimensão regional. Essa é uma responsabilidade que o estado precisa assumir. O governo precisa estar presente para que não percamos essa grande oportunidade de manter esse hospital, até ampliá-lo, porque a demanda exige mais leitos de UTIs, além dos dez que já existem.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Valmir Comin, ontem tomei conhecimento da situação do Hospital Materno Infantil de Criciúma. Vamos agilizar também a ata daquela audiência pública, que já está em fase de conclusão. Precisamos, digamos assim, a partir desse ponto, marcar uma audiência com o secretário estadual de Saúde e com o governador.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigada, deputado Volnei Morastoni!

Penso que esse é um tema importante e pertinente, que precisa de toda a atenção.

Era isso o que tinha a colocar, sra. deputada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado.

Quero fazer o registro da presença nesta Casa do sr. Sandro Luiz, que representa o Sinte de Blumenau, e também da querida amiga Ana Júlia, dirigente da Central Única dos Trabalhadores, que vieram, srs. deputados, convidar todos os parlamentares para a implementação do piso nacional do Magistério, no próximo dia 11 de maio, às 14h, no Centro Sul.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, primeiramente, quero parabenizar o deputado Valmir Comin porque o nosso objetivo, quando fazemos um projeto de lei, é atender à população. O projeto de lei apresentado pelo deputado foi considerado inconstitucional, mas os seus objetivos estão atendidos.

Realmente já existe isenção para viaturas policiais, para ambulâncias, ou seja, para todos os veículos públicos de serviços. É um procedimento rápido. Eu até gostaria que fosse usado um *chip* no veículo, para facilitar ainda mais. O estado poderia ver com a concessionária um modo de usar esse tipo de equipamento, porque a parada que a viatura ou a ambulância fazem para identificação, para apresentar documento, leva quase o mesmo tempo gasto para o pagamento.

Então, a empresa precisa ter o controle e não pode haver qualquer tipo de abuso. Assim o objetivo do projeto de lei do deputado está plenamente atendido pela concessionária. Eu digo isso porque trabalhamos assim. Inclusive, a Polícia Civil possui muitos veículos descaracterizados, mas mesmo assim todos os motoristas desses veículos chegam lá e apresentam a documentação, o policial se identifica, faz o registro e a partir daí já pode prosseguir viagem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Primeiramente, quero parabenizar v.exa. pelo tema abordado, que é muito importante. Acho até que este Parlamento deveria sugerir ao governo do estado que procedesse de tal forma que os seus órgãos pudessem utilizar o *chip* para utilizar realmente a via fácil, a via rápida, evitando algum transtorno e dando celeridade a todos os procedimentos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado.

Também quero registrar o trabalho da deputada Ana Paula Lima, pois tivemos a oportunidade de acompanhar a catástrofe no Morro do Baú e o que a população sofreu. Lembro-me de quando estive lá de helicóptero, fiquei um dia inteiro naquele local, enquanto prestava socorro às pessoas, que não

acreditavam no que estava acontecendo. Fiquei num clube, numa comunidade perto da casa do ex-prefeito Nelson, acompanhando toda a situação.

É lamentável que empresas se aproveitem dessa situação, pois acham que o dinheiro público não pertence a ninguém e aproveitam-se disso. E muitas das obras que precisam ser feitas não são feitas com o mesmo zelo.

O Ministério Público tem passado muito trabalho com essa questão, porque tem sido, na opinião de muitos cidadãos, a boia de salvação. O cidadão se socorre num político, num vereador, num deputado para denunciar e no Ministério Público para efetivamente cobrar. Isso também ocorre na Saúde, e o deputado Volnei Morastoni sabe disso.

Então, o compromisso do Ministério Público é muito grande e ele tem correspondido, mas é realmente visto como um dos últimos refúgios da sociedade para essas questões.

Um assunto que já foi falado bastante hoje e nas últimas sessões, que também quero registrar, refere-se à preocupação e o zelo do Ministério Público quanto à regularização da situação dos CFCs, ou seja, das autoescolas do estado de Santa Catarina.

Existe uma lei estadual e o Ministério Público está exigindo, e não poderia ser diferente, o cumprimento dessa legislação, que prevê licitação para concessão dos serviços de capacitação de novos condutores. E para entender bem isso, é preciso saber um pouco da história.

O que existe é uma resolução do Contran, Conselho Nacional de Trânsito, do Denatran, Departamento Nacional de Trânsito, estabelecendo critérios para a implantação dos Centros de Formação de Condutores e quem preencher aqueles requisitos poderá habilitar-se.

Se formos comparar, existem requisitos estabelecidos pelo MEC para a implantação de universidades, para a implantação de escolas, e quem preenche aqueles requisitos fica habilitado para prestar o serviço. Se uma escola implantada não possui o número de alunos suficientes ou se fiscalizada não preenche os requisitos da lei, será fechada. O mesmo caso acontece com os CFCs.

A grande maioria dos deputados entende que deveria ser seguida somente essa resolução do Contran. Ocorre que em Santa Catarina havia um grupo fechado, não por vontade própria, porque a grande maioria dos CFCs não tem objeção a esse livre mercado, mas da diretoria do Sindemosc, que parece não querer que mais autoescolas sejam habilitadas. Eu digo, com certeza, que é uma ação de poucos da diretoria, porque a grande maioria está contente, está trabalhando e quer continuar trabalhando.

Contudo, srs. deputados, como havia esse grupo fechado e não havia novos credenciamentos por pressão desse grupo, a Justiça começou a conceder liminares e essa lei estadual, na verdade, somente protelou a discussão dessa questão da instalação de novas autoescolas, novos CFCs.

Agora, porém, o Ministério Público quer efetivamente disciplinar a questão, para que não haja favorecidos, para que não haja protecionismo, para que não haja credenciamento discricionário.

É claro que autoridade policial tem o dever de obedecer aos princípios da impessoalidade e da publicidade dos atos jurídicos, mas é preciso estabelecer em Santa Catarina que quem preencher todos os requisitos poderá trabalhar no setor. Enquanto isso não ocorre, como disse o dr. Aor Steffens Miranda, do Centro da Moralidade Administrativa do Ministério Público, vamos, sim, exigir o cumprimento da lei e realizar a licitação.

Assim, todos aqueles centros de formação de condutores que estavam funcionando até o dia 9 de novembro de 2010 ou que tinham liminar da Justiça, o que acho mais forte do que o ato discricionário do Detran, deputada Ana Paula Lima, estão em igualdade de condições de trabalho.

Será feita uma licitação, em cumprimento à legislação estadual, o Ministério Público está fazendo um termo de ajustamento de conduta, o Detran quer cumprilo - e ressalte-se o empenho do diretor do Detran, ex-deputado Vanderlei Rosso, que tem prezado pelo cumprimento da lei -, e houve a

interferência do Procurador-Geral do Estado, dr. Nelson Serpa.

Finalmente, srs. deputados, estamos vendo que todos serão tratados com igualdade, porque é vontade do Detran, é vontade do Ministério Público, é vontade do estado de Santa Catarina e será feita a licitação, pois é isso que a legislação estabelece. Se amanhã ou depois a Assembleia e o governo entenderem que irão cumprir somente a resolução em nível nacional, ocorrerá uma mudança. Mas hoje deve ser cumprida a legislação em vigor, que é a lei estadual.

Então, quase que esgotando esse assunto, mas para prestar um esclarecimento por conhecer também a área, quero parabenizar mais uma vez o diretor do Detran, Vanderlei Rosso, e o dr. Aor Steffens Miranda, da Promotoria da Moralidade Administrativa, que estão, sim, forçando a regularização, o cumprimento da lei, sob pena de que se isso não ocorrer, todos, indistintamente, terem a sua atividade paralisada.

O Ministério Público está muito sobrecarregado, mas tem cumprido a sua missão de zelar pelo cumprimento da legislação estadual e federal em vigor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte ordem do dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 187, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora, **LARISSA GARCIA MARTINS**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 188, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora, **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 189, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **JACQUELINE DE OLIVEIRA VICENTE BITENCOURT**, matrícula nº 1591, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Controle de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 190, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, da função de Chefe da Seção de Atendimento ao Plano de Saúde, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 191, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Informações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 192, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, da função de Acompanhamento de Admissão e Posse, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 193, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer Chefia da Seção de Atendimento ao Plano de Saúde, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 194, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **JULIANA CASCAES DE AQUINO SCHNEIDER**, matrícula nº 6802, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Acompanhamento de Admissão e Posse, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 195, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, da função de Chefe de Seção de Informações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 196, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção de Secretaria Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2011 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 197, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção de Compras de Bens e Serviços, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de maio de 2011 (DA - Coordenadoria de Recursos de Materiais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 198, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI**, matrícula nº 0904, da função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de maio de 2011 (Comissão de Turismo e Meio Ambiente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 199, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI**, matrícula nº 0904, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção de Controle de Processos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de maio de 2011 (Diretoria Financeira).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 200, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0502/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da EC nº 47, de 05/10/2005 c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MIRIAM DAS GRAÇAS HERZMANN VIEIRA**, matrícula nº 1295, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, a contar de 01 de abril de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 201, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0526/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **SANDRA REGINA DE OLIVEIRA BLEYER BAZZO**, matrícula n.º 0881, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 202, de 10 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1622/09,

RESOLVE: com fundamento no art.40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 41/2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez, ao servidor **LUIZ LOPES VIEIRA FILHO**, matrícula n.º 1388, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos calculados proporcionalmente ao seu tempo de contribuição, sem paridade, observando o que dispõem os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, a Lei nº 10.887/2004 e a Lei Complementar nº 412/2008.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DO ARROZ, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE TURVO

Aos 28 dias do mês de abril de 2011, às 14 horas, na Cooperativa de Eletrificação Rural Sul (Cersul), realizou-se audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) para debater políticas públicas para a comercialização do arroz. A senhora mestre de cerimônias, Natel Lorenz, convidou para tomarem assento à mesa de trabalho o Deputado Estadual José Milton Scheffer, Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia da Alesc; o Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça; o Deputado Federal Jorge Boeira; o Deputado Estadual Manoel Mota; o Deputado Estadual Dóia Guglielmi; o senhor João Rodrigues, Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural; o senhor Francisco Alexandre Powell Van de Castele, superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina; o senhor Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina; o senhor Arlindo Manenti, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca/Turvo-SC); o senhor David Tomaz Tomazi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo e Ermo; o senhor Heriberto Schmidt, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá; a senhora Lurdes Maria Ninkoetter, gerente de operações da Conab; o senhor Maury Santos Júnior, presidente do Sindarro; o senhor Milton Dallago, representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); o senhor Nei Zanette, Prefeito de Meleiro; o senhor Renato Rocha, presidente da Federarroz; o senhor Rene Cesar Bertelli, gerente-geral do Banco do Brasil/agência Turvo, representando o superintendente do Banco do Brasil, Reinaldo Kazufumi Yokoyama; o senhor Ronaldo Carllessi, Prefeito de Turvo; o senhor Sione Lauro de Souza, superintendente da Conab em Santa Catarina; o senhor Vanir Zanatta, presidente da Cooperativa de Jacinto Machado (Cooperja); o Vereador Dionísio Bressan Lemos, da Câmara Municipal de Tubarão, também presidente da Cooperativa de Tubarão; e o senhor Walter Dresch, diretor financeiro da Fetaesc. Composta a mesa de trabalho, a mestre de cerimônias passou a palavra ao Deputado Estadual José Milton Scheffer para presidir a audiência pública. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e salientando a urgência de se discutir a comercialização do arroz. Em seguida, registrou a presença de Nicanor da Rosa Nichele, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio e coordenador do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Microrregião do Vale do Araranguá; Rui Geraldino Fernandes, presidente do Sindicato Rural de Jaguaruna e membro da Câmara Setorial da Faesc; Antônio Elói Piazza, Vice-Prefeito de Morro Grande; Vereadora Ana Back, da Câmara Municipal de Jacinto Machado; Vereadores Eduardo Chico Merêncio e Jacinto Dassoler, da Câmara Municipal de Araranguá; Vereador Izaltino Antônio Ribeiro (Juruna), Presidente da Câmara Municipal de Turvo; Vereadores Mariano de Souza e Pedro Giusti, da Câmara Municipal de Turvo; Vereadores Saudi Correa da Rosa, Enivaldo Duminelli e Natival Recchia, da Câmara Municipal de Meleiro; Vereador Alcione Magnus Homem, da Câmara Municipal de Ermo; Vereador Lodejane Zanon, Presidente da Câmara Municipal de Nova Veneza; Vereadora Lisângela Rocha de Souza, da Câmara Municipal de Maracajá; Pedro Duarte, Secretário de Agricultura de Meleiro; Valdir Barbosa de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado; Antoninho Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meleiro; Anselmo Acórdi, secretário do Sindicato dos Produtores Rurais de Turvo e Ermo; Reginaldo Ghellere, gerente da Epagri de Araranguá; Rogério Pessi, Secretário de Agricultura de Araranguá; Alessandro de Souza, presidente do Sindicato Rural de Araranguá; Demétrio Rocha, agricultor de Araranguá e presidente da Associação Regional Sul de Produtores Rurais (Arprosul); Deoclécio Plácido Ricardo, vice-presidente da Arprosul; Valmir Daminelli, engenheiro agrônomo e técnico agrícola da Prefeitura de Sombrio; Hélio Seidel, representante da Industrial Pagé, de Araranguá; Reinaldo Inácio, da Secretaria de Agricultura de Ermo; Adenor Pola, representando o Prefeito de Forquilha; José Possamai Magagnin, Secretário de Agricultura de Morro Grande; João Alexandre Saccon, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Meleiro; Altamir Amboni, produtor de Nova Veneza; André Fontana Acórdi, da Associação dos Produtores de Arroz de Sombrio. Feitos os registros, o senhor Presidente destacou que Santa Catarina produz 9% de todo o arroz do Brasil e é o segundo maior Estado produtor nacional desse grão, que aqui é cultivado por aproximadamente treze mil famílias em 145 mil hectares, advertindo que a queda excessiva do preço da saca vem descapitalizando o arroz. Agradeceu a presença dos representantes do setor agrícola e das autoridades e justificou a ausência dos Deputados Federais Odacir Zonta (SC) e Luiz Carlos Heinze (RS), que estão cumprindo agenda em Brasília. Salientando que o objetivo da audiência pública é avaliar por que as políticas públicas não estão dando resultados na comercialização do arroz, disse que estão ali para receber sugestões sobre o que fazer para mudar essa realidade. Dito isso, passou a palavra ao senhor David Tomaz Tomazi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo e Ermo, que agradeceu a presença de todos, especialmente do senhor Renato Rocha, presidente do Sindarro do Rio Grande do Sul, e disse que o interesse do movimento sindical, das cooperativas, das associações é ter, a partir desta audiência pública, acesso a todas as informações das negociações feitas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, nos Ministérios envolvidos, no governo federal e com as entidades daqui. Contou que desde o

ano passado queriam realizar uma discussão para saber o que fazer e como agir em relação a esses mecanismos de comercialização colocados pelo governo. Salientou que a região vive basicamente da rizicultura e da fumicultura e que a rizicultura vive um momento difícil devido ao preço pago pela saca de arroz e lembrou que, enquanto o Rio Grande do Sul teve supersafra, Santa Catarina diminuiu a sua produção de arroz, acrescentando que a fumicultura também passa por dificuldade. Frisando a importância de todos juntos discutirem a busca de mecanismos para superar a dificuldade por que passa a rizicultura, informou que o PEP, que deu resultado para o preço do milho no ano passado, não está dando resultado para solucionar o problema do arroz. Continuando, disse que já foram realizadas várias reuniões entre os agricultores, os quais, levando em consideração a realidade atual, priorizaram as seguintes reivindicações: garantir o preço mínimo do arroz pelo governo federal através de mecanismos ou medidas para a sustentação do preço, tais como contrato de opção, AGF, EGF, PEP, PGPA, preço meta, entre outros; isentar a tributação de ICMS sobre o arroz; fortalecer a Epagri e a pesquisa do arroz; buscar recursos do Estado e da União a fim de construir espaços de armazenamento para a Conab; mobilizar os governos federal, estaduais e municipais para a inclusão do arroz na merenda escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em sacolões e em programas sociais; viabilizar alternativas para o agricultor que eventualmente tenha frustração de safra ou problemas com a sua comercialização no sentido de que ele possa negociar suas dívidas com as entidades creditícias; buscar o equilíbrio no custo da produção do País e no Mercosul e ter controle rigoroso de peso e exame fitossanitário na entrada do arroz na fronteira, haja vista que lá usam produtos que são proibidos aqui; intensificar as exportações e o consumo interno de arroz, realizando campanha de valorização desse importante grão para o povo brasileiro, pois houve consumo de 2 milhões de toneladas a menos de arroz no País; ser o PEP contínuo até equilibrar o mercado nacional; e, em caso de ajuda humanitária, que os governos não a façam em moeda, mas em alimentos, como o arroz. Ao final, reiterando que esse foi o conjunto de medidas sugeridas pelos agricultores, pelas cooperativas, pelos movimentos sindicais e por outros representantes do setor agrícola, disse que os agricultores esperam poder vender o seu produto a preço melhor, no mínimo pelo preço menor fixado ou por um preço acima disso, frisando que isso vai ser muito importante para a cadeia produtiva desses agricultores. Em seguida, usou da palavra o senhor Ronaldo Carlessi, Prefeito de Turvo, que inicialmente agradeceu aos proponentes pela realização desta audiência pública e lembrou que, além do preço, os fatores climáticos também atrapalharam a produtividade naquela região. Informou que o Município de Turvo hoje tem 10 mil hectares de arroz plantado, sendo 8 mil hectares para o consumo humano, para a indústria, e 1.500 hectares para a semente certificada, a qual vai para todo o Brasil e para vários países da América Latina. Advertiu que, além do sofrimento dos agricultores pelo baixo preço do arroz e do fumo, a arrecadação dos Municípios vai cair muito e, consequentemente, vai haver menos recursos para se investir na educação, na saúde, na área social, o que irá atingir principalmente as pessoas mais carentes, que precisam do Poder Público. Finalizou a sua manifestação pedindo que o governo federal se sensibilize com a classe dos rizicultores. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual Manoel Mota, que saudou todos os presentes e registrou que ele e o Deputado Dóia estavam em Tubarão acompanhando o Governador mas vieram participar desta importante reunião com a classe produtiva. Informou que o Governador assumiu o compromisso de marcar uma audiência com os Ministros da Agricultura e da Fazenda e manifestou a sua certeza de que eles serão sensíveis ao apelo de não penalizar o nosso agricultor. Encerrou dizendo que veio trazer o seu apoio a essa área produtiva e que se soma a esse mutirão que busca trazer tranquilidade ao produtor para que ele continue produzindo neste país. Na sequência, usou da palavra o Deputado Estadual Dóia Guglielmi, que cumprimentou todos os presentes e considerou ser este um dos momentos mais tristes para a agricultura, principalmente para o rizicultor. Lamentou que o Brasil, um dos maiores celeiros do mundo em termos de grão, não tenha política agrícola definida, afirmando que a importação neste momento é o que mais nos prejudica e que, se o Mercosul trancasse um pouco a importação, a situação do produtor brasileiro poderia ser resolvida.

Lembrou que, embora a população brasileira esteja aumentando, no Brasil consome-se menos de 2 milhões de toneladas de arroz - um produto que faz parte da cesta básica -, ponderando que 12% do valor que o governo federal gasta em divulgar a proibição do cigarro poderiam ser investidos na divulgação do consumo de arroz. Concluiu a sua fala colocando-se à disposição para ajudar os agricultores de modo geral no que for possível. [*Taquígrafa-revisora: Margareth Balsini Genovez*] Em seguida, usou da palavra o Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, que saudou todos os presentes e se apresentou dizendo que é engenheiro agrônomo e que trabalha com agricultura desde 1976. Registrou que foi funcionário da Acaresc e da Empasc, bem como da Epagri, órgão em que foi presidente, e que teve três mandatos como Deputado Estadual, destacando que sempre defendeu como principal bandeira a agricultura e o agricultor. Contou que é oriundo do alto Vale do Itajaí, do Município de Ituporanga, que é um grande produtor de cebola e de fumo, anunciando que tem participado de várias reuniões na sua região e que lá os agricultores estão vivenciando o mesmo problema, já que também a base da economia deles é a rizicultura e a fumicultura. Afirmando que nunca viu um ano tão difícil com este nesse tempo todo em que labuta na agricultura, avaliou que o preço pago ao agricultor é menor do que o preço de custo da produção em função da grande produção de todo o Brasil e informou que em Santa Catarina é produzido um milhão de toneladas e no Rio Grande do Sul, nove milhões. Também disse ser necessário que o governo e todos os presentes encontrem uma solução, porque o agricultor está endividado, vai falir e vai embora da sua propriedade. Encerrando, reiterou que tem participado de muitas reuniões semelhantes a essa com os rizicultores da sua região e que hoje fez questão de estar presente a fim de ouvir tanto os problemas como as sugestões e os encaminhamentos para, juntamente com os representantes da região do sul do Estado, ajudar no Congresso Nacional. Continuando, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, agradeceu ao Deputado Peninha pela manifestação e passou a palavra ao senhor João Rodrigues, Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que cumprimentou os presentes e registrou que em todos os encontros em que o assunto é agricultura discutem problemas e não conquistas, enfatizando que para a rizicultura e a fumicultura ainda não houve conquista alguma neste ano. Evidenciando que o produtor rural, na sua grande maioria, o que mais sabe é trabalhar e produzir, pediu que o governo não o atrapalhe e crie mecanismos para que ele possa, no mínimo, sobreviver às custas do suor do seu trabalho e lamentou não ser isso o que tem acontecido. Registrando que estava na região de Tubarão acompanhando o Governador Raimundo Colombo em sua visita às comunidades rurais, afirmou que fez questão de estar presente pela importância deste encontro e informou que a inclusão do arroz na merenda escolar é uma obrigação, assim como nos presídios e hospitais, e que isso já está sendo feito no Estado. Salientou a importância de discutirem juntos não só o preço do arroz, mas também a dívida dos produtores desse grão, porque muitos já venderam o que colheram, considerando ser necessário que a Superintendência do Banco do Brasil tenha sensibilidade em relação aos agricultores que querem pagar o que devem. Lembrou que o arroz da Argentina entra de forma sorrateira e covarde para competir de forma extremamente desigual com o arroz plantado pelo agricultor brasileiro. Continuando, afirmou que veio de Tubarão imbuído de honra para defender o produtor, embora se sentisse decepcionado porque praticamente nada poderia ser feito, deixando claro que é preciso sensibilizar o governo do Estado para que seja reduzido, assim como na crise da carne suína, o ICMS do arroz e salientando que fará um apelo ao Governador no sentido da redução ou isenção temporária do ICMS do arroz para beneficiar quem planta. Contou que não surtiu efeito o apelo que ele e o Governador fizeram ao Ministro da Agricultura no sentido de o governo federal garantir o preço mínimo da saca de arroz e informou que no próximo dia 10 haverá nova audiência com o Ministro, para a qual convidou os Deputados presentes e os representantes dos arroseiros, pedindo a esses representantes que façam composições e propostas, não ataques ao governo. Frisou que nenhum produtor rural do Estado de Santa Catarina está pedindo subsídio de manutenção como incentivo social para sobreviver, e sim que seja justo o preço pago pela saca que produzem, e disse que o governo do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural farão a sua parte para tentar resolver essa questão.

Finalizando, colocou-se à disposição de todos na Secretaria da Agricultura e pediu licença para sair e continuar acompanhando o Governador em Tubarão, afirmando que levará toda a pauta que está sendo apresentada nesta audiência pública para o Governador. Dando continuidade, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, agradeceu ao Secretário pela presença e pela manifestação e solicitou-lhe que dissesse ao Governador que a isenção do ICMS ou o aumento do crédito concedido vai fazer com que as empresas comprem o arroz catarinense por um preço mais alto, porque senão se tornará mais econômico essas empresas comprarem o arroz fora, prejudicando assim o nosso produtor. Também pediu que fosse feito investimento maior na Epagri, na extensão e na pesquisa, para que se possa ter uma produtividade maior. Em seguida, usou da palavra o senhor Francisco Alexandro Powell Van de Castele, superintendente federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, que cumprimentou todos os presentes e afirmou que tem que se aproveitar o momento para colher lições a fim de que sejam encontradas soluções e de que sejam geradas práticas que possam estruturar o setor e que permitam amenizar essa crise. Comentou que neste ano os produtores de milho e de soja estão muito bem, colheram boas safras e têm bom preço e que outros agricultores estão enfrentando esse problema que está sendo discutido no momento. Como representante do Ministério da Agricultura, frisou que estava na audiência a fim de ouvir os presentes e, depois, levar a Brasília sugestões que possam aparecer para encaminhar as medidas estruturantes que precisam ser implementadas. Informou que a primeira coisa que chama atenção é que na cadeia produtiva do arroz tem muito ruído, muitos números conflitantes, conflitos de interesses entre quem planta, produz, industrializa, comercializa, e quando se quer tirar uma fotografia para agir nessa cadeia produtiva no sentido de garantir a sua produção e a sua existência, para evitar a máxima produtividade dessa cadeia produtiva desde o campo até a mesa do consumidor, encontra-se muita dificuldade, porque há números confiáveis ao extremo, números precisos de estoque, produção, e desejos conflitantes entre os elos da mesma cadeia. Disse estar esperançoso com os representantes, nessa audiência pública, para que possam encontrar soluções, alertando que enquanto for pensado o problema da mesma forma ele vai continuar se repetindo. Registrou que o Ministério da Agricultura tem projetos em andamento para permitir uma diferenciação na produção de arroz, exemplificando a produção integrada do arroz que permite sistematizar as ações, que permite ao produtor, ao ter a produção integrada, racionalizar o uso de insumos e através dessa prática reduzir o custo, que nesse caso é urgente. Também lembrou que existe a produção de arroz orgânico, que é a forma de ter um produto que vale duas vezes mais do que o arroz convencional, porém não é para todo mundo, não é geral. Mas disse que são iniciativas que podem começar a ser implementadas para que, na medida em que a situação evolua, haja alternativas de produção. Por fim, colocou-se à disposição para se integrar ao grupo que irá ao governo a fim de demandar as medidas emergenciais que possam melhorar as condições do rizicultor catarinense. A seguir, o senhor Sione Lauro de Souza, superintendente da Conab em Santa Catarina, cumprimentou todos os presentes e mencionou que estão reunidos neste dia para buscar uma solução, um encaminhamento. Salientou a presença do Deputado Federal Boeira, que está participando para fazer chegar às mãos dos Ministros das diversas áreas os pleitos do agronegócio das comunidades de Turvo e região. Expôs que a Conab está presente para cumprir a sua função institucional, que é a de contribuir com os mecanismos de distribuição de renda e com a formulação de políticas públicas que vão ao encontro de soluções para o agronegócio. Lembrou que em 2006 esteve nesse mesmo espaço para apreciar o problema da comercialização do arroz, o que denota que em grande parte esses problemas são decorrentes disso. Observou que este ano entrou no Brasil igual proporção de arroz do Uruguai e do Paraguai e a outra metade da Argentina, enfatizando que vem muito arroz do Mercosul. Explicou que há um quadro de suprimento do arroz mundial e nacional que não tem grande folga - no final do ano o suprimento não deixa muita folga; portanto, isso explicaria por si só o fenômeno dos preços baixos da bolsa. Salientou que tem uma variável que oscila e que foi encontrada governabilidade sobre ela, que é o volume de arroz que vem de fora *versus* o escoamento do arroz para outros países, e disse que havia expectativa de

importação de 800 mil toneladas de arroz dos países vizinhos para cá e que há expectativa de se exportar para fora do país 600 mil toneladas. Frisou que a intranquilidade que se abate sobre o segmento produtor pode ser perfeitamente compreendida, ressaltando que a luta dos rizicultores é importante e necessária. Afirmou que a Conab, como executora de alguns mecanismos de intervenção nos negócios agrícolas, está honrando com os compromissos assumidos pelo Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, que os mecanismos estão à disposição do segmento produtor e que os recursos da AGF estão disponíveis. Prosseguindo, apresentou a senhora Lurdes Maria Ninkoetter, gerente de Operações da Conab, e explicou que desde janeiro estão buscando recursos para a formação de AGFs para cerca de 13.500 toneladas, podendo-se trazer para Santa Catarina mais recursos, porém o que estrangula essa prática é a falta de disponibilidade de armazéns. Disse ter relação histórica com as agroindústrias, os cerealistas, as cooperativas, que sempre têm sido sensíveis a esses apelos da comunidade agrícola, em especial, da Conab, porque tem vínculo de parceria com essas estruturas e "corre o chapéu" pedindo abertura de espaços. Dito isso, fez um histórico da política agrícola desde 1930 e registrou que 45% do arroz produzido no País esteve nas mãos do governo na década de 1980, frisando que era outra condição de governo. Declarou que a partir de 1990 houve abertura no mercado mundial e todo o movimento de globalização requeria competitividade das empresas, das indústrias e dos produtores, ressaltando que todos sentiram grande impacto e os mecanismos foram se adequando a cada momento da economia e da política. Explicou que o Brasil passou a fazer parte da modernização do mundo, cujos recursos oficiais aportados também foram sendo reduzidos a cada momento, e os agricultores pagaram caro pelos seguidos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, pela implantação do Plano Real, com os ajustes fiscais mexendo no câmbio, [Taquígrafo-revisor: *Ione Terezinha Reis de Melo*] e tudo isso, além de fatores climáticos, do recente furacão que atingiu algumas áreas de produção, do Katrina, em 2005, deixou alguns produtores ainda mais endividados. Concluiu que, depois de tudo isso, é natural que algumas pessoas estejam passando por uma situação incômoda e até mesmo desesperadora. Disse que a estrutura técnica da Conab está bastante empenhada na verificação das possibilidades de contratação de novos armazéns, complementando que encontrou na região de Maracajá uma empresa que disponibilizará, dentro de aproximadamente 15 dias, espaço para 10 mil toneladas de arroz. Ainda citou a possibilidade de se vir a acomodar uma parte da produção em outras regiões do Estado, talvez em Braço do Norte. Falou do leilão do Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), explicando tratar-se de subvenção que o governo concede às indústrias que precisam do arroz para que comprem o produto diretamente do produtor rural ou da sua cooperativa, pagando o valor de referência mínimo fixado pelo próprio governo e promovendo, assim, a retirada do produto excedente da região de produção para a região de consumo. Comentou que em Santa Catarina há menos interesse pelo PEP do que no Rio Grande do Sul, explicando que o prêmio representa R\$ 3,61 por saca e que já foram ofertadas 65 mil toneladas do arroz catarinense em 2011 mas que menos da metade foi negociada. Argumentou que o PEP é um instrumento moderno e que a evolução dos seus mecanismos é fácil de acompanhar, devendo ser apontado como novo caminho para a solução dos problemas. Declarou que a grande dificuldade em se conseguir espaço para armazenagem decorre, em parte, de uma garantia de 5% sobre o contrato, explicando que a partir do momento em que o contrato de aluguel do silo é formalizado entre o seu proprietário e a Conab 5% do valor do arroz estocado deve ser dado em garantia real para a Conab, por determinação prevista na nova lei de armazenagem. Finalizando, opinou que a falta de estrutura para armazenagem do arroz é um dos gargalos da produção, mencionando outro: o fato de ter ocorrido uma colheita muito concentrada em curto período, produzindo impacto na cadeia produtiva e demandando estrutura bastante complexa em pouco espaço de tempo. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, perguntou ao senhor Sione, a pedido de um participante da plateia, quais são as estruturas disponíveis na região para que ocorra a Aquisição do Governo Federal (AGF) e quem o produtor pode procurar para tanto, ao que o senhor Sione Lauro de Souza respondeu que dentro de aproximadamente quinze dias terá uma posição. Na sequência, um dos participantes

advertiu, fora do microfone, que quinze dias é muito tempo, com o que senhor Sione Lauro de Souza concordou, mas justificou que a Conab não tem depósito para armazenamento e depende da conclusão de uma estrutura que está sendo construída em Maracajá para poder dar a resposta com mais exatidão. A seguir, o senhor Anselmo Acórdi, secretário do Sindicato dos Produtores Rurais de Turvo e Ermo, tomou rapidamente a palavra e dirigiu-se à mesa de trabalho para manifestar o seu descontentamento quanto à saída do Secretário da Agricultura da audiência, pedindo que mais nenhuma autoridade se retire do local porque ainda há dúvidas a serem esclarecidas e os produtores não querem que a audiência esvazie. Dito isso, foi aplaudido por todos e, em seguida, o senhor Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, saudou todos e iniciou seu pronunciamento lembrando que existe dinheiro na Conab para comprar arroz desde o dia 15 de janeiro, mas que o problema está nas questões estruturais, pois faltam armazéns para guardar o arroz. Na sequência, passou a falar do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) afirmando que com esse programa o governo federal criou mecanismos para apoiar o agricultor familiar quando do investimento em equipamentos e no custeio para agregação de tecnologias para a produção. Utilizando-se de apresentação em PowerPoint, explicou que um desses mecanismos é o da garantia de preços, através do qual todo financiamento do agricultor familiar, seja de custeio ou de investimento, é transformado no dia da contratação em quilos de produto, complementando que o preço mensal de mercado do produto é enviado pela Conab ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que emite portarias geradoras de subsídios para o agricultor. Mencionando que o limite anual de subsídio é de R\$ 5 mil por agricultor, exemplificou que, no caso do arroz, quem tem financiamento de aproximadamente R\$ 30 mil teria um desconto de cerca de R\$ 5 mil em sua dívida. Observou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário já está com a situação bastante esquematizada porque os agricultores familiares, ao contratarem o custeio da lavoura, já pagam o seguro Proagro Mais. Sugeriu que se transforme o seguro da agricultura familiar em porcentagem incidente sobre a renda bruta estimada, por hectare, da produção do arroz e da fomicultura, garantindo renda bruta mínima aos produtores dessas culturas de maior densidade econômica. Esclareceu que o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar é um seguro de renda em relação ao financiamento, feito para que o agricultor tenha segurança ao comprar seus equipamentos, sendo um mecanismo de apoio ao processo de produção. Encerrou seu pronunciamento despedindo-se e colocando-se à disposição de todos. Em seguida, o senhor Presidente registrou a presença das seguintes autoridades: Vereador Saúdi Correa da Rosa, da Câmara Municipal de Meleiro; Vereador Eduardo Chico Merêncio, da Câmara Municipal de Araranguá; e Alessandro de Souza, presidente do Sindicato Rural de Araranguá. Dando continuidade à audiência, passou a palavra ao senhor Deputado Federal Jorge Boeira, que cumprimentou os presentes e disse que tem acompanhado os trabalhos em Brasília para que se venha a resolver as questões de preço e comercialização do arroz. Criticou a fala das autoridades que foram à audiência ainda querendo ouvir e entender o que os agricultores estavam esperando, respondendo que o que eles querem é o preço mínimo, e foi aplaudido pela plenária. Afirmou que os agricultores querem o preço do arroz a R\$ 29,00 ou R\$ 30,00, reiterando que, se isso não for possível, querem, ao menos, o preço mínimo de R\$ 25,80. Ponderou que não se pode dizer que existe AGF enquanto não houver local para armazenar o produto, e perguntou qual outra política é possível, no momento, para tirar o agricultor da crise. Mencionou que o PEP tirou apenas 170 mil toneladas da região Sul, mas que em 2011 serão produzidos 10 milhões de toneladas entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Frisou que o PEP é uma grande verdade por ser o único programa que tem dado certo, mas protestou que os recursos não estão chegando às mãos dos agricultores, falando que isso precisa ser discutido na audiência. Após ter sido novamente aplaudido, continuou seu pronunciamento contendo que já estiveram com o Vice-Presidente da República e com o Ministro da Agricultura, complementando que agora o que desejam é falar com o Ministro da Fazenda para assegurar ao agricultor um novo mecanismo que garanta, ao menos, a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo. Encerrou seu pronunciamento propondo que os Deputados Estaduais, os Depu-

tados Federais e o Secretário da Agricultura comecem a trabalhar para que se tenha na região Sul estrutura da Conab para armazenar o arroz e fazer com que a AGF funcione. Na sequência, a palavra foi passada ao senhor Renato Rocha, presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), que saudou as autoridades e, especialmente, os agricultores, observando que quem gira a roda da economia do País é o produtor de alimentos. Começou seu pronunciamento deixando claro que não são os donos da verdade nem perfeitos, mas sabem exatamente do que o produtor de arroz precisa, tanto na questão estrutural como na conjuntural. Informou que o objetivo da Federarroz é subsidiar os políticos dos pleitos do setor pela importância social e econômica da orizicultura para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, complementando que o Sul do Brasil produz quase 80% da produção de arroz nacional e precisa ser respeitado. Saliou que precisa haver uma organização estadual que represente os produtores em Brasília, junto aos parlamentares, e aproveitou a oportunidade para cumprimentar o Deputado Federal Jorge Boeira por ter-se feito presente, em Brasília, brigando pelos agricultores. Utilizando-se de apresentação em PowerPoint, mencionou que a Federarroz tem 22 anos de existência e analisou o seu organograma institucional, explicando que está espalhada por todas as regiões produtoras do Rio Grande do Sul. Disse tratar-se de uma entidade focada somente na orizicultura e na defesa dos interesses do produtor, afirmando que ela tem estado presente em todas as discussões relativas ao tema e também em todos os grandes movimentos em busca da salvação da lavoura. Apresentou o perfil socioeconômico da lavoura gaúcha, concluindo que o arroz sai praticamente de graça. Seguiu expondo a conjuntura da safra 2010/2011 e o quadro de oferta e demanda do Brasil. Afirmou que a crise do arroz decorre dos preços, explicando que, no Rio Grande do Sul, em 1º de março de 2010 o preço do arroz estava a R\$ 29,10, no início da colheita, e que em 11 de abril de 2011 o preço estava na casa dos R\$ 19,35, em tempos médios, havendo ainda praças gaúchas que trabalham a saca até mesmo a R\$ 16,00. Observando que o mercado está em colapso e que não existe comprador para o produto, mostrou matéria do jornal Correio do Povo, do dia 17 de abril, na qual a manchete afirma que arroz vale menos que inço. Disse que isso é uma vergonha e foi aplaudido por todos. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] Prosseguindo, ainda com apresentação em PowerPoint, mostrou notas fiscais do dia 24 de abril, nas quais se verifica o preço pago pelos resíduos (impurezas). Desabafou que a situação por que passam os produtores é caso de polícia e, por isso, o Ministério Público deveria estar presente à audiência pública. Voltando à apresentação, passou à conjuntura da safra 2009/2010: custo produção, R\$ 29,20 por saco de cinquenta quilos; preço mínimo, R\$ 25,80 por saco de cinquenta quilos; e preço de mercado, R\$ 19,11 por saco de cinquenta quilos. Quanto à defasagem, mostrou o seguinte quadro: custo de produção, R\$ 10,09 por saco de cinquenta quilos, e preço mínimo, R\$ 6,69 por saco de cinquenta quilos. Afirmou que se o exposto acima fosse projetado ao valor bruto de produção, R\$ 3.280 bilhões (isso no Rio Grande do Sul), haveria um prejuízo de R\$ 1.654 bilhão, que significa 50% de prejuízo pela venda R\$ 10,00 abaixo do custo de produção. Em relação ao preço mínimo - R\$ 1.097 bilhão, ou seja, 33% de prejuízo -, lembrou que afeta, além do produtor, o comércio, a indústria, o serviço, a Prefeitura e o Estado, porque quem garante a produção, os impostos e o emprego é a produção primária. Mostrando gráfico da renda da atividade agrícola, disse que num período de 21 anos 14 anos deram resultado negativo para o produtor. Na continuidade, apresentou quadro de oferta e demanda de arroz (base casca) do Mercosul - por mil toneladas. Disse que no Brasil, com uma produção de treze milhões, mais estoque, importação e exportação, vão sobrar quase dois milhões. Em seguida, divulgou o total produzido em todos os países do Mercosul, qual seja, 16 milhões, sobrando de estoque 2.184 milhões. Questionando onde ficaria a sobra desse arroz, respondeu que o Brasil é quem paga a conta, opinando que enquanto o governo brasileiro não rever o tratado do Mercosul continuará "apagando incêndio", como faz há trinta anos. Quanto às medidas já anunciadas, expôs que no dia 4 de fevereiro o Ministro da Agricultura, cumprindo determinação da Presidente Dilma, anunciou a AGF e o PEP. Registrou que há dois dias esteve com o presidente da Conab e que falou a ele que era preciso fazer uma revisão no que diz respeito à missão da instituição, visto que perdeu a razão

da sua existência. Quanto à prorrogação dos EGFs, expôs que no ano anterior, muitos produtores fizeram EGFs no início da safra achando que iria ter preço no segundo semestre, mas inexplicavelmente os preços baixaram e eles não tiveram como pagar. Revelou que no Rio Grande do Sul conseguiram prorrogação com o Governador do Estado, através de resolução do Conselho Monetário Nacional, e no dia 28 de março foi anunciada a medida Opções Públicas e Opção Privada, para um milhão de toneladas, a R\$ 29,00 para novembro. Em seguida, reclamou que o referido mês está muito distante, que precisam de uma solução urgente. Passando aos pleitos do setor produtivo, disse que foram feitas muitas reuniões no Rio Grande do Sul, com a participação de lideranças catarinenses que se engajaram nesses movimentos, em busca da salvação da sua atividade, do seu negócio. Contou que a Federarroz, a Farsul e a Fetag, entidades que congregam os produtores, com muita discussão, elencaram os pleitos federais, quais sejam: 1) implementar a curto prazo novo mecanismo, denominado Preço Meta, para o arroz irrigado, baseado no custo de produção dos órgãos oficiais; 2) suspensão temporária das importações de arroz do Mercosul até que o setor arrozeiro seja compensado pelas diferenças regionais, conforme estabelecem os artigos 1º e 7º do Tratado de Assunção; 3) alongar até 31 de outubro de 2011 o vencimento dos financiamentos de custeios, investimentos e comercialização do arroz, vencidos e vincendos, período no qual deverá ser negociado com o setor um novo programa de reescalonamento do endividamento, englobando todas as dívidas, vencidas e vincendas, da safra 2010/2011 e do Pesa/Pesinha, Securitização, FAT, Proger, Pronaf, prorrogações da Lei nº 11.775/2008 etc.; e 4) providência, pelo governo federal, na redução urgente de 1,5 milhões de toneladas do estoque de arroz excedente no Brasil, através de doações sociais internacionais e produção de etanol (troca por países que produzem etanol a partir do arroz). Externou que além das referidas demandas federais ainda propuseram uma CPI na reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, opinando que a Alesc deveria fazer o mesmo, e uma audiência com o Governador e a Presidenta Dilma, também sugerindo ao Presidente da audiência pública que reforce o pedido. Informou que no dia 2 de abril entregaram o referido documento e no dia 14 de abril fizeram uma agenda fortíssima em Brasília, com o apoio de lideranças, de Deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; que tiveram audiência com o Vice-Presidente da República, bem como audiência no Ministério da Fazenda e no Banco do Brasil, que é o principal agente de crédito e, além do mais, ainda tem muita conta para receber; e registrou que em nenhuma das instituições houve oposição àquilo que foi colocado. Sobre a questão do biocombustível, revelou que desde o ano passado estão estudando usos alternativos para o arroz, como transformação em etanol e ração animal, deixando claro que isso tem que ser política pública do governo para salvar a cadeia produtiva. Disse que o senhor Manoel Bertone, *Secretário de Produção e Agroenergia* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até agora foi a única pessoa que comprou a ideia, tanto é que quer montar um projeto e levar para o Ministro. Voltando a falar na Conab, expôs que apresentaram a ela propostas alternativas às garantias, tendo em vista que, por um apontamento do TCU, a Conab mudou as regras em 2009, sugerindo que o próprio armazenador, em vez de apresentar essa garantia que está sendo pedida de 5%, apresente a garantia em arroz, 10% a mais, ou através de recibo de depósito. Porém, contou que há dois dias esteve com o presidente Evangevaldo dos Santos e soube que foi indeferida a proposta alternativa. Retornando à apresentação, passou às demandas encaminhadas no dia 19 de abril - sugestão de votos ao Conselho Monetário Nacional: 1) prorrogação 100% do EGF 09/2010; 2) mais 180 dias para adesão ao Produa (programa pelo qual o governo destinou R\$ 204 milhões para socorrer os produtores que perderam a safra passada com enchentes), tendo em vista que muita gente não conseguiu ainda acessar e expirou o prazo em março; 3) congelamento das dívidas para 31 de outubro de 2011; e 4) sugestão do Preço Meta. Passando ao *slide* seguinte, explicou que no dia 25 de abril reuniram-se com o Governador e com entidades para falar sobre os quatro pleitos, ocasião em que pediram que fosse agendada uma reunião com a Presidenta Dilma; no dia 26 de abril, reunião com o senhor Giles Azevedo, chefe de gabinete da Presidenta Dilma, para quem entregaram os pleitos; ainda no mesmo dia, às 15h, audiência com o Ministro da Agricultura para a entrega dos pleitos

na presença de dirigentes da SPA, oportunidade em que o Ministro confirmou que seriam votadas ainda no dia as duas questões; também no mesmo dia, às 16h, reunião na Conab, na qual o presidente deu a triste notícia de que não aceitaria a proposta de garantias alternativas; e reunião na Prefeitura de Cristal, Rio Grande do Sul, sobre um projeto de instalação de uma refinaria que precisa de 150 mil toneladas de arroz/casca para funcionar o ano inteiro. Ato contínuo, mostrou gráfico da safra 2008/2009, na qual sobrou 2,4 milhões de toneladas de arroz, e uma projeção para a safra de 2020, na qual vai sobrar 8 milhões de toneladas. Em seguida, mostrou matéria do jornal *Correio do Povo* do dia 29 de abril em que a Presidenta Dilma sinaliza apoio aos arrozeiros. Prosseguindo, detalhou que a situação está tão ruim para os arrozeiros que já estão começando movimentos em vários Municípios do Rio Grande do Sul. Opinou que os produtores devem protestar, de forma ordeira, cobrando uma posição do governo, que existe para resolver os problemas da sociedade organizada. Destacou que é preciso reformar a política agrícola existente, coisa que só vai acontecer através da organização dos produtores e das entidades, que não devem se juntar só na hora da crise. Lembrou que uma das formas de levar os pleitos adiante é exatamente através das audiências públicas, oportunidade em que lideranças, produtores e parlamentares podem se manifestar. [*Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart*] Colocou a Federarroz à disposição de todos e salientou que Santa Catarina também está contemplada nos documentos em que pedem recursos. Finalizando, advertiu que se não conseguirem convencer o governo a ajudá-los a superar essa crise, haverá desestímulo na produção de arroz no Brasil, que passará a depender de outros países para importá-lo. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente abriu a palavra para os inscritos. O senhor Volnei João Meller, diretor da Epagri e diretor da Seagro de Criciúma, usou da palavra para concordar que as AGFs devem funcionar efetivamente nessa safra, avaliando que o credenciamento de armazéns tanto de particulares como da Conab vai ampliar a capacidade de aquisição do arroz pelo governo, através da Conab. Sobre o programa de aquisição de alimentos e de garantia para a agricultura familiar, que fica dentro de uma faixa de renda colocada pelo Pronaf, opinou que ele deveria ser ampliado e que se deveria criar rebate para incluir mais agricultores na condição de agricultor familiar e, com isso, inseri-los no programa de aquisição do MDA e da Conab. Em relação à parte estrutural, afirmou que a rizicultura tem uma dinâmica de economia diferente do agronegócio e por isso deve ser encarada como uma atividade diferenciada pela política agrícola, haja vista que a rizicultura atende basicamente a demanda do mercado interno brasileiro, o que abre, em sua opinião, um espaço para que se incentive, através de novos rebates para a política do Pronaf, a armazenagem. Encerrando, mencionou que no programa Mais Alimentos os setores industriais mais organizados e mais bem estruturados na economia brasileira apropriaram-se de grande parcela dos recursos através de argumentos comerciais, venda, estrutura de assistência técnica, e que, em contrapartida, o setor de armazenagem, por não ser um setor tão organizado em relação a atuar junto com os agricultores para vender alguma coisa, não conseguiu fazer com que os agricultores percebessem a necessidade urgente de investir na armazenagem, que, no seu entendimento, é por onde podem organizar o escoamento e a aquisição da produção nos momentos de crise. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Demétrio Rocha, agricultor de Araranguá e presidente da Associação Regional Sul de Produtores Rurais (Arprosul), que manifestou a sua indignação pela situação dos agricultores, os quais estão desde setembro fazendo peregrinação em busca de solução para a rizicultura, revelando que agora eles não têm mais nada nas mãos. Reportando-se à fala do Secretário João Rodrigues, que disse que quase nada será feito, perguntou se os agricultores estavam preparados para isso, declarando que, exceto os Deputados, muitas autoridades não tinham o que fazer em relação ao problema. Contou que em fevereiro, quando foram para Camaquã/RS, ficaram com cara de tacho lá porque os produtores de arroz nem sabiam para onde seguir, salientando que foram falar com o Governador esta semana e ele respondeu que não tinha o que fazer porque não tinha a "caneta" na mão. Lamentou o fato de chamarem de velhacos os agricultores que estavam devendo porque não conseguiam mais financiamento nos bancos e pediu que as autoridades intervenham nessa situação. Registrando que já aconteceram no Rio Grande do Sul inteiro reuniões como esta em

Turvo, perguntou se os agricultores ali presentes tinham “sangue nas veias” para segurar o que era deles e conclamou a união de todos. Avaliou que enquanto houver globalização vai existir esse baixo preço e contou que estão desde janeiro batalhando para ver se o preço reage, lamentando que quanto mais se trabalha mais o preço cai. Registrou que a situação do arroz é parecida com a do fumo e afirmou que está na hora de os agricultores se unirem porque o preço da produção vai cair mais. Finalizando a sua manifestação, agradeceu aos Deputados, disse que precisam da força deles e que espera que desta audiência saia uma comitiva para ir a Brasília, apontando o senhor Renato Rocha como um dos integrantes dela. Na sequência, usou da palavra o agricultor e Vereador Enivaldo Duminelli, da Câmara Municipal de Meleiro, que informou que 80% da população do nosso País é pobre, que 17% é rica e que os outros 3% são os agricultores, ponderando que se para o pobre o governo dá cesta básica, vale-transporte, vale-gás e outras coisas mais, poderia também dar subsídio para os agricultores, já que representam apenas 3% da população do Brasil. Lembrando que atualmente os agricultores estão mendigando, pediu aos Deputados Federais presentes que lutem para que o nosso País tenha subsídio para a agricultura. Por fim, sobre o prazo para os agricultores saldarem as suas dívidas, sugeriu, já que o preço do arroz está baixo, que fosse feito outro custeio para “matar” o deste ano, explicando que o agricultor, então, só pagaria os juros este ano, enquanto isso o arroz ficaria dentro do galpão e o agricultor iria negociar com as empresas e com as cooperativas que vendem arroz um prazo maior para pagamento, esperando que talvez lá para dezembro o preço da saca aumente mais um pouco. Manifestando-se em seguida, o senhor Jorge Duarte Scandolara, agricultor de Praia Grande/SC, disse que faz parte do movimento “Te Mexe Arrozeiro” e informou o site deles (www.temexearrozeiro.com), salientando que o senhor Renato Rocha e os outros companheiros estão sempre acompanhando esse movimento nas reuniões. Registrou que hoje há agricultores em Restinga Seca/RS mobilizando aquela região para levar no mês de maio, sem data marcada ainda, no mínimo três mil, quatro mil produtores para o porto seco de Uruguaiana, advertindo que, se houver mais uma safra vendida a baixo preço, ele é um forte candidato a engrossar a fila do assistencialismo. Dirigindo-se ao Deputado Boeira, constatou que não adianta ele dizer aqui o que vai fazer em relação ao problema dos produtores de arroz se quando está na tribuna não fala nada, adiantando que seria interessante ele mandar os seus pronunciamentos por e-mail para reforçar a sua atuação, ao que o Deputado Federal Jorge Boeira respondeu que iria mandar cópia dos discursos que já fez no plenário a respeito da questão. Prosseguindo com a sua manifestação, o senhor Jorge Duarte Scandolara afirmou que todo o empecilho deles se chama Mercosul, salientando que iriam quebrar por serem autossuficientes e eficientes, ao contrário do que acontecia antigamente, quando quebravam por deficiência, por falta de inseticida, de herbicida, pelo mato que tomava conta da lavoura. Reiterou a importância de se mobilizarem e colocarem quatro mil, cinco mil produtores em Uruguaiana para fechar, nem que seja por um minuto, aquele porto seco. Finalizando, enfatizou que o governo vai ter que perceber que o Mercosul só favorece a Federação das Indústrias e disse que os produtores são apenas moeda de troca. A seguir, o senhor Anselmo Acórdi, secretário do Sindicato dos Produtores Rurais de Turvo e Ermo, manifestou o seu pesar pelo preço que estão pagando pela saca de arroz, muito abaixo do preço mínimo. Salientando que não querem receber esmola e sim o preço de custo de produção, observou que os gaúchos são mais arrojados em se mobilizar porque sabem que vão falir, lembrando que quem tem 60% ou quase 70% da produção sendo vendida a um preço irrisório vai falir e advertiu que não tem milagre que resolva isso. Disse que iriam dar um prazo para o governo resolver esse problema e esperar ordeiramente a resposta, advertindo que por ora estão “segurando” os produtores prejudicados mas que estarão juntos nessa luta quando não der mais para segurá-los. Contou que o seu pai sempre dizia para honrarem aquilo que prometiam, e que por isso perdeu uma eleição na região por sete votos, porque não prometeu aquilo que não podia fazer. Por fim, citando a expressão “planta que o João garante”, disse que plantaram arroz por causa do Fome Zero mas que o “João” não garantiu o que prometeu, pedindo para os produtores ficarem atentos até haver resposta do governo. Em seguida, usou da palavra o senhor André Fontana Acórdi, agricultor

e membro da Associação dos Produtores de Arroz de Sombrio, que disse ser irmão de luta de todos que estão lutando pelo mesmo ideal e anunciou que alguém na plateia que fez parte da mesa não entende nada de arroz nem está sentindo a dor daqueles que esperam um milagre da terra: transformar semente em alimento. Comparou os servidores públicos, que no final do mês recebem o seu contracheque, com os produtores de alimento, conjecturando se a indústria para a qual os produtores entregam o arroz que colheram não poderia dar a eles um certificado que, depois de assinado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, valeria para sacar no banco o valor real de R\$ 25,80, que é o preço mínimo da saca. Manifestou a sua “surpresa” de que a Conab ainda não saiba onde vai armazenar o arroz e perguntou aos seus colegas agricultores se eles entenderam “esse negócio” de PEP, PAP, PGPAF etc., criticando toda essa “sopa de letrinhas” porque não adianta para nada. Disse aos membros da mesa que eles tinham que simplificar senão ele e os seus colegas iriam ficar todos loucos, avaliando que a política de agricultura, que não existe, é uma fábrica de esquizofrenia. Advertiu que o momento de virar a mesa vai chegar e citou as expressões [*Taquígrafa-revisora*: Margareth Balsini Genovez] “Feliz do governo que tem um povo que produz com fatura o que é para comer, o que garante a vida” e “Covar de, sujo, porco do governo que deixa que os produtores de alimentos sejam explorados.” Disse que vinha sentindo exatamente isto, muita exploração, comentando que estava farto disso. Afirmou que seria justo perder o que havia sido investido no ano atual, mas que herdar dívidas de anos anteriores seria incompetência do governo, pedindo providências neste sentido e demonstrando sua indignação pela situação atual. Encerrando, pediu ao público que cobrasse das autoridades uma solução para o problema. Continuando a audiência, o senhor Adão Medeiros Zeferino, agricultor de Meleiro, afirmou que a classe política deve tomar a iniciativa de resolver os problemas do País, pois cabe a ela este papel. Criticou a atuação do Congresso Nacional e dos políticos brasileiros dizendo que de nada adianta a realização de audiências públicas, pois a população necessita é de coragem e de empenho da classe política. Finalizando, lembrou que os agricultores são pessoas humildes e que não querem discursos e nem dados técnicos, mas sim soluções, como preço justo aos produtos agrícolas produzidos por eles. Por sua vez, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, afirmou que os deputados e as autoridades políticas presentes à audiência pública estavam na audiência no sentido de apoiar e encontrar soluções para os problemas da agricultura. Ato contínuo, passou a palavra ao senhor Ludomir José Westrupp, agricultor de Forquilha, que agradeceu a todos os trabalhadores presentes à reunião. Disse que os agricultores deveriam ter seguro agrícola, pois quando há perda da plantação eles perdem tudo sozinhos; e que o governo deve garantir a compra pelo preço mínimo e o armazenamento adequado do arroz produzido, utilizando silos particulares e silos das cooperativas e desonerando os gastos dos produtores. No final, criticou o aumento do preço dos adubos e do óleo diesel, pois esses aumentos refletem no bolso do agricultor. Em seguida, o senhor Fernando Back, presidente da Agropecuária Nova Força, de Forquilha, iniciou sua fala perguntando quem dentre os presentes havia vendido - através do PEP - arroz a R\$ 25,80; solicitando que as pessoas que iriam responder afirmativamente levantassem o braço, sendo que ninguém levantou, pois nenhum agricultor conseguiu vender arroz alcançando aquele valor; e pedindo que alguma autoridade presente respondesse o porquê dessa situação. Sobre a questão da armazenagem, disse que a Conab cria impedimentos que têm dificultado o trabalho dos agricultores e pediu que o governo e a Conab atendam aos anseios da classe agricultora, facilitando - ao invés de dificultar - o trabalho do agricultor. Finalizando, solicitou que fosse trabalhado um contrato de opção e que as dívidas fossem retardadas para o final do ano, no sentido de auferir um resultado melhor nas contas dos agricultores. Continuando, o senhor Luiz Fernando Bendo, da Coopersulca, disse que foram citados os instrumentos de comercialização que o governo federal implantou e que foi questionado o que a Cooperativa estava fazendo, esclarecendo que o instrumento usado por eles era o PEP. Afirmou que na questão dos EGFs a Cooperativa não estava cadastrada, pois foram exigidos muitos quesitos, tornando inviável essa prática à Cooperativa. Utilizando os recursos do PowerPoint, apresentou as normas para participação do PEP, demonstrando que este é um instrumento

maravilhoso, que funciona, mas que possui uma parte burocrática pesada; enumerando os valores e apresentando cálculos que demonstravam os trâmites e as despesas realizadas pela Cooperativa em relação a esse instrumento de comercialização; e salientando que com o pagamento das inúmeras taxas sobra um valor muito pequeno às empresas. Finalizando, disse que estava presente na audiência no sentido de prestar contas aos agricultores, afirmando que a verdade precisava ser mostrada a todos. Em seguida, o senhor Reginaldo Ghellere, gerente da Epagri de Araranguá, sugeriu que os produtores com financiamento junto aos bancos, via Pronaf, não tenham o rebate de 20,93% da prestação - abono da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado -, pedindo que o prazo estabelecido na Resolução nº 3.885/2010, que era até julho de 2008 e regulamenta esses rebates, seja estendido a todos os produtores que fizeram financiamentos até o presente momento. Na sequência, o senhor Deoclécio Plácido Ricardo, vice-presidente da Aprrosul, disse que atualmente os agricultores são os “escravos brancos legalizados do Brasil”, afirmando que o governo federal tem se esquecido dos agricultores e tem favorecido os trabalhadores dos centros urbanos. Lembrou que os agricultores não recebem salários, que não têm contracheques, mas sim notas promissórias e dívidas. Afirmando que a situação é dramática, pois o agricultor não tem condições de pagar suas contas e de sustentar sua família, questionando às autoridades presentes se essas sabiam o que era não ter um salário. Disse que o Deputado Federal Jorge Boeira protestou muito na frente dos agricultores, mas que na frente da Presidenta Dilma certamente não havia protestado tanto. Afirmando que o governo não tem apoiado a classe agricultora e que os trabalhadores rurais só têm serventia ao governo se trabalharem de graça. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Prosseguindo, indagou qual a solução que o Lula e a Dilma trouxeram para os produtores de arroz, comentando que o Lula prometeu liberar máquinas e insumos e que tudo viria da Argentina porque lá é mais barato. Avaliou que o Mercosul é uma piada e que o arroz e todas as outras coisas que vêm dos países que compõem o Mercosul é contrabando, mas que o Lula diz que é importação, porém nenhum governo analisou a qualidade do arroz. Revelou que está indignado e perguntou à plateia quem tem o PEP - Prêmio de Escoamento de Produção -, observando que ninguém da plateia tinha conseguido o PEP. Registrou que o governo e a Conab são os culpados pois o dinheiro não é liberado dos cofres do Estado porque existe muita burocracia. Ainda, relatou que quando foi presidente da cooperativa esta pagava direto para os agricultores e perguntou ao representante do Sindiarroz se os engenhos pagam os agricultores. Alegando que o governo sabe tudo que ele faz, através do número do CPF, questionou porque não é depositado o dinheiro direto na conta do agricultor. Narrou ser muito triste para um pai de família sair pela cidade em peregrinação para poder vender o arroz, acrescentando que tirou seus filhos da escola particular porque não podia mais pagar e que já “doou” o fumo que plantou, que entregou o arroz e só falta entregar a terra, pois assim conseguirá retirar o CPF que está preso em todas as empresas. Emocionado, disse que a sua dignidade de ser agricultor só está até as roupas, porque se as tirar não resta mais nada. Finalizando, agradeceu a todos pela oportunidade de se manifestar e desculpou-se pelo desabafo. Ato contínuo, a Vereadora Ana Back, da Câmara Municipal de Jacinto Machado, ao fazer o uso da palavra, inicialmente desejou boa-tarde a todos. Ressaltou que durante a audiência os agricultores colocaram suas tristezas e solicitou aos membros da mesa que trouxessem o Governador Raimundo Colombo para o sul de Santa Catarina a fim de que ele visse o abandono da região, utilizando como exemplo a queda de uma ponte, há um ano e oito meses, em Jacinto Machado, que foi construída por uma empresa privada para as pessoas passarem. Perguntou aos membros da mesa quantos anos trabalham para o governo e, em cima das respostas, fez uma comparação com o tempo de gestação de uma mulher, que tem apenas nove meses para preparar tudo até a hora do parto, questionando como eles podem não saber quanto de arroz Santa Catarina produz durante todo esse período. Encerrando, agradeceu a todos pela oportunidade. Em seguida, o senhor Renato Rocha, presidente da Federarroz, aclarou sobre a questão do Preço Meta e solicitou que o representante do Ministério da Agricultura, a Conab e o MDA os ouvissem. Explanou que o Preço Meta é uma subvenção do governo direto ao produtor e expôs que os mecanismos que existem não

são eficientes, mas o Preço Meta mantém o preço de mercado baixo porque o governo, preocupado com a inflação, paga a diferença do preço de mercado para o custo da produção. Ainda explicou que o Preço Meta é bom para o agricultor, porque não vai ter prejuízo, e para o governo, porque, como o arroz é um produto da cesta básica, este se preocupa com a questão da inflação. Também esclareceu que quando o preço do produto sobe muito a Conab coloca no mercado o produto estocado abaixo do valor de mercado, forçando o preço a baixar para não gerar inflação. Encerrando, afirmou que é isso que estão solicitando, quem sabe através de um decreto-lei ou de uma medida provisória de caráter emergencial, para a produção de arroz nos três Estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e no Mato Grosso do Sul. Na sequência, o senhor Sione Lauro de Souza, superintendente da Conab em Santa Catarina, lembrou ao senhor Guilherme Delgado, do Ipea, que os olhos e os ouvidos da Presidenta são os olhos e os ouvidos dos seus ministros, colocando que as políticas agrícolas passam por vários Ministérios, como o Mapa, o MDA, o Ministério das Relações Exteriores e as Embaixadas, que estabelecem acordos bilaterais e multilaterais, e pelos órgãos de controle, que impõem toda a burocracia para a realização do PET. Ainda, disse que as propostas foram aceitas pelos membros da mesa, principalmente a de continuar trabalhando na lógica de armazenagem na região Sul. Explanou que a Conab tem uma das melhores estruturas do País, que no passado tinha 600 armazéns e que hoje restam apenas 99, pois a partir de 2003 é que recuperaram a rede estratégica da Conab, de 33 armazéns, para incorporar a estrutura dos ensacados do IPC, que não contempla Santa Catarina porque neste Estado não é produzido café, mas que tem apenas uma unidade em São Miguel do Oeste e ficaria à disposição para amenizar essa operação. Despedindo-se, agradeceu a todos pela oportunidade. Dando seguimento, o senhor Deputado Federal Jorge Boeira, declarou que estavam na audiência pública porque defendem a atividade que os agricultores exercem e sabem da importância da rizicultura para o sul do Estado. Informou que existe avanço na pauta sobre a questão da comercialização do arroz e comentou que é uma “sopa de letrinhas” todas as siglas - PEP, FAF, AGF, EGF, PGPA -, mas que todos querem receber os R\$ 25,80, embora o ideal seja R\$ 29,00. Avaliou que o Governo está fazendo a sua parte, sabe que o dinheiro não está chegando até o agricultor, mas está buscando mecanismo para garantir que o dinheiro chegue até os agricultores, comunicando que o Preço Meta, citado pelo senhor Renato, está sendo estudado pelos Ministérios. Por fim, colocou-se à disposição de todos. Por sua vez, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, disse que tirariam um documento da audiência pública que serviria de balizamento e encaminhou no sentido de se criar uma comissão para somar esforços com o Rio Grande do Sul no intuito de se chegar à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda para sensibilizá-los quanto a esse problema, bem como criar um grupo pensante de trabalho permanente para articular medidas que resolvam problemas desta safra e de safras futuras, acrescentando que deveriam se unir com a Fetaesc e com a Faesc para fazer pressão. Ainda, convidou o Deputado Manoel Mota para ir ao Governador e, juntos, forcem audiência com a Presidenta Dilma e com o Ministro da Fazenda para se poder obter um resultado rápido. Declarou que todos estão preocupados e por isso realizaram a audiência a fim de ajudarem na solução do problema. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Estadual Manoel Mota sugeriu que os três Governadores - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná - participassem da comissão, para se tentar solucionar o problema. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, informou que as manifestações e os encaminhamentos desta audiência estarão registrados nos Anais da Alesc e passou a ler a pauta das propostas contidas na “Carta de Turvo”: “A Assembleia Legislativa de Santa Catarina reuniu-se em audiência pública no dia 28 de abril de 2011, através da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, no Município de Turvo, para discutir os problemas do setor arroseiro e buscar soluções para a crise que os afeta, haja vista que, com o preço do grão aviltado, a saca de arroz não atinge o valor comercial mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Participaram desta audiência pública mais de 800 pessoas, entre elas representantes de sindicatos, de cooperativas, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Banco do Brasil, da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, bem

como o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, o superintendente federal do Ministério da Agricultura e Abastecimento, além de produtores e lideranças de vários municípios catarinenses. Sendo a rizicultura de grande importância para a economia do nosso Estado, classificado como o segundo maior produtor nacional de arroz (cultivado em 145 mil hectares por aproximadamente treze mil famílias) e representando 9% da produtividade brasileira, os orizicultores reivindicam: 1 - Que o Governo Federal continue apoiando os produtores ampliando os mecanismos de sustentação do preço, tais como Aquisição do Governo Federal (AGF), Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); 2 - Prorrogação imediata do Empréstimo do Governo Federal (EGF) para 31 de outubro e rediscussão posterior; 3 - Suspensão pelo período de 180 (cento e oitenta) dias das importações de arroz do Mercosul (Uruguai, Argentina e Paraguai), até que sejam equacionadas as assimetrias do Mercosul; 4 - Liberação imediata dos instrumentos de comercialização da Conab da safra 2010/2011; 5 - Disponibilizar recursos para o Conab efetuar a compra pelo Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e elevar o teto por produtor para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); 6 - Mobilização dos Governos Federal, Estadual e Municipais para a inclusão do arroz no Programa Nacional de Alimentação Escolar, sacolão e programas sociais; 7 - Suspensão da exigência do licenciamento ambiental até a definição do Código Florestal Brasileiro; 8 - Construção de uma estrutura de armazenagem da Conab na região Sul; 9 - Modernização dos instrumentos de comercialização pelo Governo Federal como, por exemplo, preço meta e subvenção; 10 - Desburocratização dos processos. ESTADUAL 1 - Aumento do crédito presumido do ICMS nas saídas de arroz beneficiado originado de matéria-prima de Santa Catarina; 2 - Agilidade no trâmite de autorização de recuperação do crédito de ICMS para o produtor (SEF); 3 - Programa de Armazenamento com juro zero; 4 - Apoio à pesquisa agropecuária com o objetivo de dar respostas às deficiências; 5 - Programa Estadual de uso alternativo para o arroz e/ou reconversão de uso das áreas." (*Cópia fiel*) Terminada a leitura da "Carta de Turvo", o senhor Presidente, Deputado Estadual José Milton Scheffer, submeteu-a à aprovação da plenária, que a aquiesceu por unanimidade. Em seguida, disse que iriam convidar várias entidades representativas para irem juntos ao governo do Estado. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Jacqueline O. V. Bittencourt]

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
 Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATAS DA 1776ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1776ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Ausente justificadamente, o Dr. Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1622/09, de Luiz Lopes Vieira Filho e Processo nº 0572/11, de Maria Doraci Pereira. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0571/11, de Edison Meira; Processo nº 0557/11, de Maria Marcon Corrêa; Processo nº 0526/11, de Sandra Regina de Oliveira Bleyer Bazzo; Processo nº 0005/11, de Silvio Silva Sobrinho; Processo nº 0525/11, de Marco Antônio Barcelos da Rocha e a Consulta - Ofício CL nº 137/2011 - 29/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para aquisição de canetas para a Escola do Legislativo". 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº

0556/11, de Adriana Lauth Gualberto; Consulta - Ofício CL nº 133/2011 - 27/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial nº 0009/2011 - LIC, aquisição de livros novos e de primeiro uso para a Biblioteca da ALESC" e a Consulta - Ofício CL nº 138/2011 - 29/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2011-00, celebrado com a FLORIPETRO Comercio de Combustível Ltda.". 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0545/11, de Pedro Paulo Boff Sobrinho; Processo nº 0546/11, de Flávio da Silva Damiani e o Ofício CL nº 139/2011 - 02/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e do Contrato - aquisição de espaço físico e de stand na 13ª Hopsfest e 2ª Seminário de Saúde e Soberania Alimentar na cidade de Ponte Alta/SC". 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade as consultas: Consulta - Ofício CL nº 140/2011 - 02/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e do Contrato - Stand na 2ª Edição da Feira das Áreas do Conhecimento, Cultura e Educação, em Chapecó/SC" e Ofício CO nº 001/2011 de 15/02/2011, Interessado: Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras da ALESC "Pagamento à Empresa Projeto Arquitetura, Engenharia e Construções Ltda. - construção do anexo sul da ALESC". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia nove (09) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 05 de maio de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
 Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATAS DA 1777ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1777ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Ausente justificadamente, o Dr. Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. O Senhor Presidente deu conhecimento do parecer do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, na Diligência da Comissão de Constituição e Justiça relativamente ao Projeto de Lei nº 003/2011, a fim de que o Colegiado referenda o parecer. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0583/11, de Cristiane Aida Camilo e a Consulta - Ofício CL nº 141/2011 - 02/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e Contrato - ACIC - Chapecó/SC - 3ª edição da Feira Internacional do Setor Lácteo". Continuando, a relatora deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0119/2011 de 19/04/2011 - Ofício nº 126/2011/OE de 13/04/2011 - TJSC - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2008.080759-4 - Capital Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Estado de Santa Catarina (Sinte) Requerida: Governo do Estado de SC e Presidente da ALESC. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0620/11, de Maria Saete Willemann; Processo nº 0621/11, de Bernadete Coelho e Processo nº 0284/11, de Luiz Eduardo Caminha, sendo este último aprovado por unanimidade quanto ao item um e por maioria ao item dois, com voto contra da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0600/11, de Vilson Paulo da Silva; Processo nº 0626/11, de Eriedio Pering e Processo nº 0629/11, de Acioni Alcioneu Martins. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0624/11, de Valdadir Antônio Andres; Processo nº 0625/11, de Leonidas dos Santos; Processo nº 0630/11, de Domingos Gilberto Mocelin e a Consulta - Ofício CL nº 147/2011 - 04/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e Contrato - Stand na 3ª Festa da Roça na cidade Guaraciaba/SC". 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, apro-

vado parecer por unanimidade ao Processo nº 0484/11, de Alexandre Pantaleão Athanásio. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia onze (11) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 09 de maio de 2011.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA DA ALESC

DATA: 18/05/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 18 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, do Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de maio de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1999/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 009/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT.

LOTE ÚNICO

EMPRESAVENCEDORA: W & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Valor total global último lance: R\$ 56.699,00

Florianópolis, 9 de maio de 2011

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA
PREGOEIRO

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MESSAGEM Nº 104

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em estrita observância à determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do País no período compreendido entre os dias 14 e 27 de maio do corrente ano, com destino a Alemanha, Espanha, Portugal e Suíça, a fim de cumprir agenda constante no roteiro anexo.

Outrossim, solicito a indicação de dois parlamentares para integrar a comitiva governamental.

Florianópolis, 06 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 165/11

ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIENTE - FAMÍLIA FELIZ

Içara SC, 28 de abril de 2011

Ofício nº. 0119/2011

Ilmo Sr.

ELIZEU MATTOS

M.D Deputado Estadual do Estado de Santa Catarina e Presidente da Comissão de Trabalhos, Administração e Serviços Públicos. Florianópolis/SC

Cumprimentando-o a Vossa Senhoria, vimos através deste informar que, conforme a **Lei de nº. 14.182 de 01/11/2007, art. 3º**, estamos enviando os relatórios de atividades Sociais do exercício/anual de 2010, e em anexo um DVD, declaração que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos por Lei, para **CONCESSÃO** da declaração de **Utilidade Pública Estadual** e Balancete Contábil da Concessão Beneficentes Família feliz.

OBS: Declaramos que a **Associação Beneficente Família Feliz**, permanece cumprindo os requisitos exigidos por Lei da **CONCESSÃO da Utilidade, Municipal e Estadual**.

Sem mais para o momento, e, estamos à inteira disposição da Vossa Senhoria. Aproveitamos o ensejo, para reiterar votos de estima e distinta consideração.

Cordialmente

Associação Beneficente Família Feliz

Daniel Fernandes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 166/11

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE

Pomerode-SC, 28 de Abril de 2011.

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente

Palácio Barriga Verde

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

CEP: 88020-90 - Florianópolis - SC

A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, ex-Paróquia Evangélica de Rio Teste, sediada na Rua Hermann Weege nº 2727 - Centro - CEP 89107-000 - Pomerode - Santa Catarina, vem apresentar conforme Art. 3º da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, Relatório Anual de Atividades, Declaração de Funcionamento, Certidão do Registro no Cartório e Balanço Patrimonial relativos ao ano exercício de **2010**, face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, conforme Lei nº 2.985 de 23 de dezembro de 1961.

Atenciosamente,

Fredolf Raduenz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de /10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 167/11

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IÇARA

Mantenedora da "ESCOLA ESPECIAL SONHO DOURADO"

Ofício nº 037/APAE/11

Içara, 04 de maio de 2011.

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pelo presente encaminhar a Vossa Excelência a Documentação para reconhecimento de Utilidade Pública Estadual desta Entidade, conforme em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos sinceros votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Emília Valvassori

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 168/11

ACBCB - Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque - SC
ACBCB OF. 010/2011 Brusque, 05 de Maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque, CNPJ 03.779.315/0001-77, com endereço para correspondência na Av: Arno Carlos Gracher, 412 Centro - Brusque - SC, entidade está declarada de utilidade pública pela lei 12.738 de 19 de novembro de 2003.

Pede deferimento,

JULIO CESAR SOUZA

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 169/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
OFÍCIO Nº 20/2011 Bocaina do Sul, 03 de maio de 2011.

Ilmo Sr.

GELSON MERISIO

PRESIDENTE ALESC

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FLORIANÓPOLIS SC

Cumprimentando-o cordialmente, temos a grata satisfação de nos dirigirmos a Vossa Senhoria para encaminhar documentação para atualizar os dados e manter a Concessão de Declaração de Utilidade Pública Estadual desta Instituição.

Na certeza de um pronto atendimento aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Cordialmente

NELBAM DEL. SCHLICHTING

DIRETORA

JASSIANE SILVA PATEL

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 170/11

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Campo Belo do Sul, 29/04/2011

Ofício nº 11/2011

Para: Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Através do presente estamos encaminhando à Vossa Senhoria o Relatório de Gestão / 2010; Relatório Circunstanciado de Atividades referentes ao ano de 2010, juntamente com o Demonstrativo de Receitas do exercício deste mesmo ano e Plano de Ação da Diretoria Biênio 2011 - 2013; da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Belo do Sul/SC, a fim de que essa Entidade possa manter seu Título de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 14.182/2007.

Atenciosamente

Nazareth Branos Nouwald

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 171/11

ADIJO - ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE JOINVILLE

Joinville, 28 de março de 2011

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Encaminhamento de Documentos.

Prezado Senhores,

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville, vem através desta encaminhar os documentos abaixo citados para análise e providências.

- 1) - Relatório de Atividades do Ano de 2010
- 2) Cronograma de Atividades para o ano de 2011.
- 3) Balanço Patrimonial exercício de 2010

Atenciosamente:

Gilmar Ancelmo da Costa

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 172/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GASPAR

Mantenedora do Centro Integrado de Educação Especial Fênix

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DEPUTADO GELSON MERISIO

CEP: 88.020-900

FLORIANÓPOLIS - SC

Sr. Presidente

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Gaspar, através do Presidente Sr. Flávio Bento da Silva encaminha os documentos abaixo relacionados para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública Estadual da APAE de Gaspar, conforme segue abaixo:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil.

Certos de sermos atendidos em nossa solicitação, desde já agradecemos o apoio dispensado a APAE de Gaspar e em especial as APAEs de SC.

Atenciosamente

Flávio Bento da Silva

Presidente - APAE de Gaspar

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 173/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Ofício nº 0022/2011

Ilmo Sr:

D.D. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

DEPUTADO GELSON MERISIO

Florianópolis/SC

Prezado Presidente,

Vimos por meio deste, enviar-lhe a documentação, solicitada para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual da APAE de Gravatal.

Sem mais, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 174/11

AMABEL - Associação dos Amigos do Hospital Santa Isabel

Ofício DP 003/2011

03 de maio de 2011.

Ilmo Sr.

Gelson Merisio

Presidente Assembleia Legislativa Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

"Ganhamos a vida através do que recebemos.

Fazemos uma vida através do que damos".

Winston Churchill

A Amabel - Associação dos Amigos do Hospital Santa Isabel foi embalada por vários sonhos, o sonho confiante, o sonho eufórico, o nosso próprio sonho... o nosso ideal.

Sabemos que as ONGs possuem um importante papel na promoção da qualidade de vida da população, em especial a AMABEL tem esta responsabilidade.

Para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual, encaminhamos em anexo documentos, em atendimento a Lei 14.182 de 01 de novembro de 2007.

- Relatório das Atividades Desenvolvidas;
- Declaração de cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- Balancete Contábil;
- Declaração de funcionamento emitida pelo Prefeito Municipal de Blumenau - João Paulo Kleinubing;

Sentiremo-nos honrados com sua visita, e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Sem outro particular para o momento, firmamo-nos.

Atenciosamente.

Sérgio Fernando Hess de Souza

Presidente da AMABEL

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 175/11
FLORIPAMANHA

Carta - nº 029/2011 Florianópolis, 06 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor
GELSON MERISIO
PRESIDENTE ALESC
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
FLORIANÓPOLIS SC

Cumprimentando-o cordialmente, temos a grata satisfação de nos dirigirmos a Vossa Senhoria para encaminhar documentação para atualizar os dados e manter a Concessão de Declaração de utilidade pública Estadual desta Instituição.

Na certeza de um pronto atendimento aproveito o ensejo para reiterar proptestos de estima e consideração.

Cordialmente

NELBAM DEL. SCHLICHTING - DIRETORA
JASSIANE SILVA PATEL - PRESIDENTE*Lido no Expediente*
Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0081/GDMN Florianópolis (SC), em 04 de Maio de 2011.Exmo Senhor
GELSON MERÍSIO
Presidente da Alesc
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicitamos que seja incluído no ato da Presidência nº 006-DL, de 2011, o nome do Deputado JOSÉ MILTON scheffer, o qual solicitou sua inclusão como membro do Fórum dos Hospitais Filantrópicos e Fundações Hospitalares de nosso Estado em decorrência dos Repasses financeiros so SUS.

Sendo o que tínhamos para o momentos agradecemos antecipadamente a atenção.

MAURO DE NADAL
Deputado Estadual
Presidente do Forum*Lido no Expediente*
Sessão de 10/05/11

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2068, de 10 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:**LOTAR** no Gabinete do Deputado Edison Andriano, **JOSÉ LEODORO MARTINS**, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1043, de 18 de abril de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2069, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0947	Valter Euclides Damasco	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1998	Bernadete Albani Leiria	
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Viana	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2070, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,**NOMEAR HEDA SOFIA LAUSCHNER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2071, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:**LOTAR** o servidor **NEWTON LADISLAW ZONKOWSKI**, matrícula nº 0904, na DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário.Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2072, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,**EXONERAR** o servidor **TIAGO DA LUZ**, matrícula nº 6237, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de maio de 2011 (Liderança do PTB).Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2073, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,**NOMEAR TIAGO DA LUZ**, matrícula nº 6237, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2011 (Liderança do PTB).Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2074, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1145	Maria Salete Willemann	01/05/06	30/04/11	620/2011
1297	Bernadete Coelho	17/02/06	03/04/11	621/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2075, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Vilson Paulo da Silva	1916	3%	33%	02/04/11	600/2011
Valdacir Antonio Andres	3333	3%	3%	03/05/10	624/2011
Leonidas dos Santos	4296	3%	3%	02/05/11	625/2011
Erledio Pedro Pering	4654	3%	6%	01/05/11	626/2011
Alcioni Alcioneu Martins	5727	3%	3%	01/05/11	629/2011
Domingos Gilberto Mocolin	5732	3%	3%	01/05/11	630/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2076, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MIRIAM STORI BARBISAN**, matrícula nº 4658, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2077, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MIRIAM STORI BARBISAN, matrícula nº 4658, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2078, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUCIANO MAESTRI**, matrícula nº 3318, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2011 (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2079, de 10 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR A PEDIDO a servidora **INDIARA LUERSEN CARVALHO**, matrícula nº 2752, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 145/11****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 81**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Campos Novos".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 57/11

Florianópolis, 18 de março de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Campos Novos, o imóvel com área de 560,00 m² (quinhentos e sessenta metros quadrados), contendo benfeitorias, onde funcionava um posto de saúde, registrado sob o nº 3821 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade instalação da Biblioteca Pública Municipal, por parte do Município de Campos Novos.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 145/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Campos Novos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Campos Novos o imóvel com área de 560,00 m² (quinhentos e sessenta metros quadrados), com benfeitoria, registrado sob o nº 37.022 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos e cadastrado sob o nº 3821 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a instalação da Biblioteca Pública Municipal por parte do Município de Campos Novos.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por

conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º Esta doação fica dispensada da realização de processo licitatório com base no art.17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado
ESTADO DE SANTA CATARINA
*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 146/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 82

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Tijucas".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 76/11

Florianópolis, 31 de março de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Tijucas, o imóvel com área de 945,00 m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 29.451 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 02711 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade instalação o desenvolvimento de projetos sociais, por parte Município de Tijucas.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,
Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO Nº 202/SCC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 02 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 82

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Tijucas".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 146/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Tijucas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Tijucas o imóvel com área de 945,00 m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 29.451 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 02711 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de projetos na área social por parte do Município de Tijucas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado
*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 147/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 83

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Curitibaanos".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 15/11

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Curitibaanos, o imóvel com área de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maiores, matriculada sob o nº 10.615 no cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitibaanos e cadastrado sob o nº 2381 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade instalações do curso Pré Vestibular da Ufsc e outros projetos da Universidade.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,
Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO Nº 203/SCC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 02 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 83

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Curitibaanos".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 147/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Curitibaanos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC a área de terra correspondente a 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), localizada no Município de Curitiba, sem benfeitoria, a ser desmembrada de uma área maior matriculada sob o nº 10.615 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba e cadastrada sob o nº 2381 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a instalação do Curso Pré-Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Art. 3º A donatária não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga à donatária o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 148/11

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 84**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 13/11**

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Rio do Sul, o imóvel com área de 4.812,00 m² (quatro mil oitocentos e doze), com benfeitorias, matriculado sob o nº 3.100 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 1741 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade instalações do curso Pré Vestibular da Ufsc e outros projetos da Universidade.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****OFÍCIO Nº 204/SCC-DIAL-GEMAT**

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 84

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 148/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Rio do Sul o imóvel com área de 4.812,00 m² (quatro mil, oitocentos e doze metros quadrados), com benfeitoria, onde funcionava a extinta EEB Aníbal de Barba, matriculado sob o nº 3.100 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 01741 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a municipalização da unidade escolar referida no art. 1º desta Lei e o atendimento a seus alunos.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º Esta doação fica dispensada da realização de processo licitatório com base no art. 17, alínea "b", da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 149/11

ESTADO DE SANTA CATARINA**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 85**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/11

ESTADO DE SANTA CATARINASECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**EM Nº 16/11**

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de São Lourenço do Oeste, o imóvel com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 5.1047 no Tabelionato e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e cadastrado sob o nº 4134 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade viabilizar a aplicação e adequação do espaço físico, por parte do Município de São Lourenço Do Oeste, para atender programas sócio assistencial.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINASECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
OFÍCIO Nº 205/SCC-DIAL-GEMAT

Florianópolis, 02 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 85

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 149/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Lourenço d'Oeste.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de São Lourenço d'Oeste a área de terra contendo 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), com benfeitoria, matriculada sob o nº 5.047 no Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço d'Oeste e cadastrada sob o nº 4134 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a ampliação e adequação do espaço físico por parte do Município de São Lourenço d'Oeste, para atender a programas socioassistenciais.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço d'Oeste.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 150/11**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 86**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Altera o art. 2º da Lei nº 13.711, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 10/05/11***ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 36/11**

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que altera o art. 2º da Lei nº 13.711, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis.

A presente alteração tem por finalidade regularizar a atual ocupação do imóvel pela Unidade Sanitária e para instalação da Farmácia de Referência Municipal em Homeopatia e Fitoterapia, por parte do Município de Florianópolis, que será realizada com recursos do Orçamento Geral da União, conforme convênio aprovado sob o nº SICONV 106.865/2009, firmado entre ao Município de Florianópolis e o Ministério da Saúde.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****OFÍCIO Nº 206/SCC-DIAL-GEMAT**

Florianópolis, 02 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 86

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que " Altera o art. 2º da Lei nº 13.711, de 2006, autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 150/2011

Altera o art. 2º da Lei nº 13.711, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.711, de 14 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela Unidade Sanitária e viabilizar a instalação da Farmácia de Referência Municipal em Homeopatia e Fitoterapia por parte do Município de Florianópolis." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 151/11**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 87**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Campo".

Florianópolis, 02 de maio de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 10/05/11***ESTADO DE SANTA CATARINA**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 24/11

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Rio do Campo, o imóvel com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.249 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Taió e cadastrado sob o nº 4027 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade a ampliação da Biblioteca Pública Dr. Nereu Ramos e a instalação de Museu, por parte do Município de Rio do Campo.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****OFÍCIO Nº 207/SCC-DIAL-GEMAT**

Florianópolis, 02 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JAILSON LIMA

1º Secretário da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 87

Senhor 1º Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, pela qual submete à apreciação dessa

Casa Legislativa o projeto de lei que " Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Campo".

Atenciosamente,

ANTONIO CERON

Secretário de Estado da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 151/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Campo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Rio do Campo o imóvel com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 9.249 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Taió e cadastrado sob o nº 4027 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a ampliação da Biblioteca Municipal Dr. Nereu Ramos e a instalação de Museu por parte do Município de Rio do Campo.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

RELATÓRIO**RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/4/2011 À 30/4/2011**

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	CONCERTO DA MÁQUINA DE PROTOCOLO	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 228,00	R\$ 228,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MUNK.	VALCE BRASIL REMOÇÕES ME	R\$ 940,00	R\$ 940,00
2	COLA 500 ML	IMS - COMÉRCIO DE REPAROS LTDA ME	R\$ 8,95	R\$ 17,90
1	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE 33 APARELHOS DE AR CONDICIONADO MODELO SPLIT	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME	R\$ 7.986,00	R\$ 7.986,00
15,89	PELÍCULA FUMÊ METALIZADA	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.	R\$ 35,00	R\$ 556,15
4	TUBOS ESPUMA EXPANSIVA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 19,90	R\$ 79,60
40	ESTOPA DE RETALHOS DE PANO COSTURADO	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 3,60	R\$ 144,00
10	CAPACITOR ELETROLÍTICO 4,7/50V	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 0,20	R\$ 2,00
10	CAPACITOR ELETROLÍTICO 1000 UF/25V	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 0,90	R\$ 9,00

10	CIRCUITO INTEGRADO KA 75000=TL 494	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 2,50	R\$ 25,00
2	CABO DE ALIMENTAÇÃO BIPOLAR	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 4,90	R\$ 9,80
1	ESPAGUETE TERMO-RETRÁTIL 2,4 MM	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 1,50	R\$ 1,50
1	ESPAGUETE TERMO-RETRÁTIL 8 MM	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 3,50	R\$ 3,50
1	ESPAGUETE TERMO-RETRÁTIL 4,5 MM	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 2,50	R\$ 2,50
20	VARISTOR 150/10K - 150V X 10MM= 241	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 0,90	R\$ 18,00
20	VARISTOR 175/10K- 175 V 10MM=271	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 0,90	R\$ 18,00
2	OPTOACOPLADOR B42A2 - 4N35	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 2,50	R\$ 5,00
2	UC3842 SMD CONTROLADOR DE FONTE PWM B44D6	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 3,00	R\$ 6,00
1	SUGADOR	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 39,00	R\$ 39,00
5	ALCOOL ISOPROPÍLICO 500ML	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 15,00	R\$ 75,00
1	FERRO PARA SOLDAGEM (SOLDADOR) COM POTENCIA DE 60 WATTS	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 25,00	R\$ 25,00
1	SUPORTE PARA FERRO DE SOLDA HS-81 COM ESPONJA	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 9,00	R\$ 9,00
2	MULTIMETRO ANALOGICO	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 45,00	R\$ 90,00
1	MULTIMETRO DIGITAL	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 20,00	R\$ 20,00
2	PASTA TÉRMICA	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 13,00	R\$ 26,00
3	SILICONE SPRAY	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	ME	R\$ 29,00	R\$ 87,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CORRIMÃO	SUPORTE COMERCIO E SERVIÇO LTDA		R\$ 700,00	R\$ 700,00
1	SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO PARA EXTERMÍNIO DE TODAS AS ESPÉCIES DE BARATAS E FORMIGAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA-ME		R\$ 980,00	R\$ 980,00
1	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO PELO PRAZO DE 6 MESES, SENDO AS ISCAS TROCADAS DE 30 EM 30 DIAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA-ME		R\$ 270,00	R\$ 270,00
1	LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO	CONSÓRCIO MAGNO MARTINS ENGENHARIA LTDA. E ETECOL CONSTRUÇÃO LTDA		R\$ 1.855,00	R\$ 1.855,00
33	COBRE 1/4	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 36,00	R\$ 1.188,00
33	COBRE 1/2	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 42,00	R\$ 1.386,00
33	ISOLAMENTO 1/4	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 10,00	R\$ 330,00
33	ISOLAMENTO 1/2	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 10,00	R\$ 330,00
33	SUPORTE PARA CONDENSADORA	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 65,00	R\$ 2.145,00
33	FIOS	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 28,00	R\$ 924,00
33	GÁS R22	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 47,42	R\$ 1.564,86
33	FITA PVC	Martini Comercio de Equipamentos Ltda ME		R\$ 4,00	R\$ 132,00
1	FURADEIRA DE IMPACTO	LOJA DOMINIK LTDA.		R\$ 82,00	R\$ 82,00
100	TRAVA PORTA DE PISO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP		R\$ 6,90	R\$ 690,00
10	LÂMPADA LED HIGH POWER 12W 6 LEDS PAR 30 AMARELA 2700K 220V	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.		R\$ 236,90	R\$ 2.369,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	FERRAZ & CORTELLA CONSULTORIA LTDA.		R\$ 7.999,00	R\$ 7.999,00
12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DOIS ELEVADORES.	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME		R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
1	ASSINATURA DA REVISTA HISTÓRIA CATARINA	EDITORA LEÃO BAILO LTDA		R\$ 130,00	R\$ 130,00
1	ASSINATURA DA REVISTA HISTÓRIA CATARINA	JORNAL VALOR ECONOMICO S/A		R\$ 130,00	R\$ 130,00
1	ASSINATURA DO JORNAL VALOR ECONOMICO	EDITORA LEÃO BAILO LTDA		R\$ 599,00	R\$ 599,00
1	ASSINATURA DO JORNAL VALOR ECONOMICO	JORNAL VALOR ECONOMICO S/A		R\$ 599,00	R\$ 599,00
3	ASSINATURA DO JORNAL LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL	POLIS INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLITICAS SOCIAIS.		R\$ 98,00	R\$ 294,00
2	ASSINATURA DO JORNAL A TRIBUNA CATARINENSE	SOUSA GREIN & GREIN LTDA		R\$ 200,00	R\$ 400,00
2	LUMINÁRIA DE SOBREPOR 4 x 16W REFLETOR ALETAS ANODIZADAS - ESTREITA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.		R\$ 161,40	R\$ 322,80

8	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE LUZ BRANCA 16 WATTS, 220 VOLTS	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 5,60	R\$ 44,80
8	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE LUZ BRANCA 16 WATTS, 220 VOLTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 5,60	R\$ 44,80
4	REATOR ELETRÔNICO 2 X 16 W	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 22,60	R\$ 90,40
4	REATOR ELETRÔNICO 2 X 16 W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 22,60	R\$ 90,40
50	FUSIVEL PEQUENO 10 AMPERES	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,25	R\$ 12,50
50	FUSIVEL PEQUENO 10 AMPERES	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 0,25	R\$ 12,50
500	PARAFUSO METALICO MEDINDO 4,0 X 16, ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,04	R\$ 20,00
500	PARAFUSO METALICO MEDINDO 4,0 X 16, ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 0,04	R\$ 20,00
500	PARAFUSO METALICO ROSCA SOBERBA 4,2X32MM CAB. CHATA PHILL.	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,07	R\$ 35,00
500	PARAFUSO METALICO ROSCA SOBERBA 4,2X32MM CAB. CHATA PHILL.	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 0,07	R\$ 35,00
100	ABRACADEIRA PARA ELETRODUTO 3/4" (BRANCA)	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,70	R\$ 70,00
100	ABRACADEIRA PARA ELETRODUTO 3/4" (BRANCA)	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 0,70	R\$ 70,00
100	ABRACADEIRA PARA ELETRODUTO 3/4" (CINZA)	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,78	R\$ 78,00
100	ABRACADEIRA PARA ELETRODUTO 3/4" (CINZA)	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 0,78	R\$ 78,00
5	REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA DA HYDRA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 23,75	R\$ 118,75
5	REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA DA HYDRA	RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA	R\$ 23,75	R\$ 118,75
1	ASSINATURA DO JORNAL ENFOQUE POPULAR	EVERALDO TEIXEIRA SILVEIRA-LTDA	R\$ 240,00	R\$ 240,00
1	ASSINATURA DO JORNAL GAZETA	LUZ & LUZ LTDA (JORNAL GAZETA)	R\$ 195,00	R\$ 195,00
1	ASSINATURA DO JORNAL AMORIM	TELEMARKETING, REDE DE COMUNICAÇÕES AMORIM	R\$ 200,00	R\$ 200,00
1	ASSINATURA DO JORNAL VOLTA GRANDE	VOLTA GRADE COMUNICAÇÕES LTDA.	R\$ 180,00	R\$ 180,00
4	LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE RADIOPRO PLENÁRIO(GRAVAÇÃO DIGITAL)	RADIOPRO SISTEMAS LTDA	R\$ 1.580,00	R\$ 6.320,00
169,82	APLICAÇÃO DE PELÍCULAS	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.	R\$ 35,00	R\$ 5.943,70
1	ASSINATURA DA REVISTA FOLHA RURAL	EDITORA FOLHA RURAL LTDA ME	R\$ 70,00	R\$ 70,00
11,8	LAVAÇÃO DE ROUPAS	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R\$ 6,60	R\$ 77,88
1	ASSINATURA DA REVISTA HORIZONTE GEOGRAFICO	AUDICHORMO CRIAÇÃO EM AUDIOVISUAIS E EDITORA LTDA.	R\$ 64,00	R\$ 64,00
1000	ADAPTADOR TOMADA 2P+T PARA COMPUTADOR NOVO PADRÃO	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 4,95	R\$ 4.950,00
2	ASSINATURA DO JORNAL PAGINA 3	SCHNEIDER E SCHNEIDER IMAGENS DIGITAIS LTDA	R\$ 168,00	R\$ 336,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 31,60	R\$ 316,00
3	TAMPA DE FERRO FUNDIDO 90 X 70 PADRÃO CELESC COM FORRA	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 543,00	R\$ 1.629,00
1	ASSINATURA DO JORNAL A TRIBUNA	JORNAL A TRIBUNA S/A	R\$ 310,00	R\$ 310,00
100	FOLHA DE PAPEL BRANCO COM PH NEUTRO	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 2,00	R\$ 200,00
150	FOLHA DE PAPEL MI-TEINES Nº 470	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 3,00	R\$ 450,00
100	FOLHA DE PAPEL MI-TEINTES TERRE DI SIENNE Nº 374	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 3,00	R\$ 300,00
1	ASSINATURA DO JORNAL "O JORNAL"	EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	CONCERTO DE GELADEIRA (SEM PATRIMÔNIO)	NERI NUNES DE FREITAS - ME	R\$ 180,00	R\$ 180,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO ESTABILIZADOR DE TENSÃO DE 300 KVA	SPY INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.125,00	R\$ 1.125,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DO JORNAL A SUA VOZ DE PINHALZINHO.	EMPRESA JORNALISTICA A SUA VOZ LTDA ME	R\$ 480,00	R\$ 480,00
1	ASSINATURA DO JORNAL GAZETA DO LITORAL	EMPRESA SI COMUNICAÇÕES LTDA	R\$ 180,00	R\$ 180,00
1	CONCERTO DE GELADEIRA PATRIMONIO 2510	NERI NUNES DE FREITAS - ME	R\$ 480,00	R\$ 480,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL LANG PALACE LTDA	R\$ 284,28	R\$ 284,28
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL LANG PALACE LTDA	R\$ 284,28	R\$ 284,28

1	BATERIA SONY D TYPE (NP-BD1)	DIGITAL FLORIPA COM. DE PRODUTOS ELETRO ELETRONICOS LTDA	R\$ 120,00	R\$ 120,00
4	GRAMPEADOR MÉDIO P/GRAMPOS 26/6	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 15,70	R\$ 62,80
4	PORTA DUREX	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 5,15	R\$ 20,60
2	HD EXTERNO DE 1 TB	EDUARDO IRINEO PETRY ME	R\$ 350,00	R\$ 700,00
4	PEN DRIVE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 16 GB	EDUARDO IRINEO PETRY ME	R\$ 80,00	R\$ 320,00
5	BATERIA CNB 4496 05 RECARREGAVEL PARA RADIO COMUNICADOR	RADIOTEC COM. E SERV. EM TELECOM. LTDA	R\$ 165,00	R\$ 825,00
20	BLOCO P/RECADO,AUTO ADESIVO,MED.2,5 X 4,5, COM 50 FOLHAS PLASTIFICADAS (TAPE FLAGN)	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 5,53	R\$ 110,60
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA KONICA 7145 DO SETOR DE EXPEDIENTE - PATRIMÔNIO Nº 22.992.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 725,00	R\$ 725,00
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA KONICA 7022, SETOR DE INFORMAÇÕES - PATRIMÔNIO Nº 23.009.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA KONICA 7022, DO RECURSOS HUMANOS - PATRIMÔNIO Nº 23.012.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 125,00	R\$ 125,00
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA KONICA 7022, SETOR IMPRENSA - PATRIMÔNIO Nº 22.994.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA KONICA 7255, GRÁFICA - PATRIMÔNIO Nº 22.991.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 190,00	R\$ 190,00
1	MANUTENÇÃO MÁQUINA MODELO RISOGRAPH, GRÁFICA - PATRIMÔNIO Nº 22.989.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 80,00	R\$ 80,00
1	CONJALIMENTADOR 26NA4280, PARA MÁQUINA KONICA 7022, SETOR DE INFORMAÇÕES - PATRIMÔNIO Nº 23.009.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 111,18	R\$ 111,18
1	BY-PASS FEED PAPER FEED PART (MANCAL 27AE75160), PARA MÁQUINA MODELO KONICA 7022, SETOR DE INFORMAÇÕES - PATRIMÔNIO Nº 23.009.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 24,34	R\$ 24,34
1	LAMINA DE LIMPEZA MÁQUINA MODELO KONICA 7145, DO SETOR DE EXPEDIENTE - PATRIMÔNIO Nº 22.992.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 284,78	R\$ 284,78
5	BUCHA 318076190, DA MÁQUINA MODELO KONICA 7145, DO SETOR DE EXPEDIENTE - PATRIMÔNIO Nº 22.992.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 35,68	R\$ 178,40
1	REVELADOR DV401K DA MÁQUINA MODELO KONICA 7145, DO SETOR DE EXPEDIENTE - PATRIMÔNIO Nº 22.992.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 582,78	R\$ 582,78
1	KIT DE MANUTENÇÃO (SEM TELA) PARA MÁQUINA MODELO KONICA 7145, DO SETOR DE EXPEDIENTE - PATRIMÔNIO Nº 22.992.	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 590,30	R\$ 590,30
1	CONCERTO DE PERSIANA HORIZONTAL EM MADEIRA 50 MM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 165,00	R\$ 165,00
5	PASTA EM PVC CRISTAL COM ABA E ELASTICO, PACOTE COM 10 UNIDADE	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 12,50	R\$ 62,50
4	CALCULADORA DE MÃO, COM 12 DÍGITOS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 10,00	R\$ 40,00
12	TESTE EM FUSOES OTDR (DIST. INTERNO ÓTICO)	WI ENGENHARIA LTDA	R\$ 6,00	R\$ 72,00
12	SERVIÇO DE FUSÕES EM DIO (DIST. INTERNO ÓTICO)	WI ENGENHARIA LTDA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
1	MICROSWITCH PARA CABINE DO ELEVADOR	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R\$ 63,69	R\$ 63,69
1	FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 320,00	R\$ 320,00
2	CONCERTO RADIO DE COMUNICAÇÃO MODELO EP450	RADIOTEC COM. E SERV. EM TELECOM. LTDA	R\$ 105,50	R\$ 211,00
1	ASSINATURA DO JORNAL DO VALE	EDITORA DO VALE LTDA	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	ASSINATURA DA REVISTA NOSSA	EDITORA ANA CAROLINA LTDA ME	R\$ 105,00	R\$ 105,00
500	CONECTOR RJ 11	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 0,45	R\$ 225,00
300	CONECTOR RJ 45	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 1,40	R\$ 420,00
100	PATCH CABLE CATEGORIA . 5 ENHANCED COM 3 MT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
100	PATCH CABLE CATEGORIA 5 ENHANCED COM 5 MT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 19,30	R\$ 1.930,00
2	GRAVADOR DIGITAL M-AUDIO	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 1.241,00	R\$ 2.482,00

2	SCANNER DE MÃO SEM FIO PLANON DOCUPEN DPEN-R705	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 1.418,00	R\$ 2.836,00
20	FONE DE OUVIDO HD 828 40MM, DIAMERO	BIANCHINI E CIA LTDA (MENSAGEIRO MUSICAL)	R\$ 43,00	R\$ 860,00
19	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO TIJUCAS/FLORIANOPOLIS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 8,91	R\$ 169,29
19	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO FLORIANOPOLIS/ TIJUCAS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 8,91	R\$ 169,29
114	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,80	R\$ 1.801,20
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 12,10	R\$ 459,80
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 4,60	R\$ 174,80
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 1.802,72	R\$ 1.802,72
1	MESA DE ESTÚDIO EM MDF, 2,50 X 1,78, COM DESDOBRAMENTO PERMITINDO 3 MONTAGENS.	GESTUAL OFICINA E DISIGN LTDA - ME	R\$ 6.695,00	R\$ 6.695,00
9	MÓDULO EM MDF PARA COMPOSIÇÃO DE CENÁRIO.	GESTUAL OFICINA E DISIGN LTDA - ME	R\$ 825,00	R\$ 7.425,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A (D.C.)	R\$ 632,10	R\$ 632,10
1	COROA FUNEBRE DE FLORES NATURAIS.	FLORICULTURA WILPERT & FERRÃO LTDA	R\$ 150,00	R\$ 150,00
189	PLACA DE IDENTIFICACAO NUMERADA EM AÇO INOX 3,5X3,5 MM PARA CLAVICULÁRIO	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 4,00	R\$ 756,00
63	CRACHA DE AÇO ESCOVADO DOURADO	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 12,00	R\$ 756,00
1	CONERTO DE GRAMPEADOR MIRUNA	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 420,00	R\$ 420,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 2.040,00	R\$ 2.040,00
40	ASSINATURA DA REVISTA VISÃO	REVISTA VISÃO COMUNICAÇÃO LTDA.	R\$ 190,00	R\$ 7.600,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 75,5 X 47 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 40,00	R\$ 40,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 18,5 X 24,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 5,00	R\$ 5,00
1	ASSINATURA DO JORNAL VALOR ECONOMICO	JORNAL VALOR ECONOMICO S/A	R\$ 599,00	R\$ 599,00
1	ASSINATURA DO JORNAL O IMPARCIAL	DYS EDITORA LTDA	R\$ 150,00	R\$ 150,00
2	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 96 X 30 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 30,00	R\$ 60,00
3	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 110 X 90 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 100,00	R\$ 300,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 110 X 50 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 55,00	R\$ 55,00
2	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 130 X 55 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 71,50	R\$ 143,00
50	LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS COM CAPAS EM TECIDO PRETO.	DIAS & DIAS DE FESTAS LTDA-ME.	R\$ 2,75	R\$ 137,50
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 167,5 X 37 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 70,00	R\$ 70,00
40	CARPET TIPO FORRAÇÃO VERMELHA	DIVIPISO DIVISÓRIAS E PISOS.	R\$ 12,90	R\$ 516,00
1	CHAVE DE EMERGÊNCIA PARA ELEVADOR.	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R\$ 35,00	R\$ 35,00
1	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 112 X 84,5 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 98,00	R\$ 98,00
2	VIDRO LISO INCOLOR 4 MM MEDINDO 127 X 54 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 72,50	R\$ 145,00
2	TORNEIRA ELÉTRICA MÓVEL PARA PIA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 129,00	R\$ 258,00
500	MÓDULO PARA TOMADA 2P+T COR VERMELHA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 10,29	R\$ 5.145,00
250	PLACA (ESPELHO) MODULO 2 POSTOS SEPARADOS 4X2	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,61	R\$ 652,50
60	TOMADA ELÉTRICA FILTRO DE LINHA COM FUZÍVEL	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 28,00	R\$ 1.680,00
2	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL AZUL 2,5 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 70,00	R\$ 140,00
2	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 2,5 MM	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 70,00	R\$ 140,00
200	SERVIÇO DE COFFE-BREAK	SABOR & CIA CONFEITARIA LTDA	R\$ 5,50	R\$ 1.100,00
100	SERVIÇO DE COFFE-BREAK	SABOR & CIA CONFEITARIA LTDA	R\$ 6,50	R\$ 650,00

100	SERVIÇO DE COFFE-BREAK	PANIFICADORA PB LTDA	R\$ 7,00	R\$ 700,00
1	IMPRESSORA PARA ETIQUETAS.	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 990,00	R\$ 990,00
50	CORDAO EM SILICONE PARA CRACHAS, COM PONTA DE METAL (PACOTE COM 100UN)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 24,30	R\$ 1.215,00
2	GRAMPEADOR GRANDE PARA APROXIMADAMENTE 100 FOLHAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 46,00	R\$ 92,00
1	FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 320,00	R\$ 320,00
1	PAGAMENTO DE ANUIDADE PARA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO - ABEL	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO - ABEL	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
40	ASSINATURA DO JORNAL MANCHETE DO VALE	M.L.O PARTICIPAÇÕES EM MULTIMIA LTDA	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00
40	ASSINATURA JORNAL SUL BRASIL	REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA (R\$ 350,00	R\$ 14.000,00
40	ASSINATURA DO JORNAL DO VALE	REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	R\$ 340,00	R\$ 13.600,00
12	AVENTAL PRETO COM LOTIPO DA ALESC	MARIA STELLA BITTENCOURT ANDRADE ME	R\$ 32,00	R\$ 384,00
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIA DE ALUMÍNIO 80 X 80 CM, COM VIDRO LISO E TRINCO	LEONI MIGUEL SACCO - ME.	R\$ 265,00	R\$ 265,00
1	READEQUAÇÃO DE ESQUADRIA DE ALUMÍNIO BASCULANTE 270 X 30 CM, COM VIDRO LISO	LEONI MIGUEL SACCO - ME.	R\$ 350,00	R\$ 350,00
1	ASSINATURA DO JORNAL VALOR ECONOMICO	JORNAL VALOR ECONOMICO S/A	R\$ 599,00	R\$ 599,00
1	MÃO-DE-OBRA PARA CONserto DE JANELAS	LEONI MIGUEL SACCO - ME.	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1	CONserto DE JANELA EM ALUMÍNIO.	LEONI MIGUEL SACCO - ME.	R\$ 200,00	R\$ 200,00
2	ASSINATURA DO JORNAL PAGINA 3	SCHNEIDER E SCHNEIDER IMAGENS DIGITAIS LTDA	R\$ 168,00	R\$ 336,00
1	SERVIÇO DE ABERTURA DE JANELAS EM ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO COM VIDROS FIXOS	LEONI MIGUEL SACCO - ME.	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00
40	LIVRO "SANTA CATARINA E SEUS GOVERNADORES" DE AUTORIA DE MÁRCIO CARNEIRO.	MÁRCIO MATOS CARNEIRO	R\$ 79,90	R\$ 3.196,00
1	CAFETEIRA ELÉTRICA DE 8 LITROS	NOSSA LOJA	R\$ 575,00	R\$ 575,00
4	TINTA ESMALTE SINTETICO ACETINADO 3,6 LITROS NA COR BRANCA, A BASE DE SOLVENTE	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 68,30	R\$ 273,20
4	TINTA ACRÍLICA ACETINADA PARA PINTURA DE AZULEJO	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 128,00	R\$ 512,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	RUDÁ RICÍ- PIS:1701884824-3	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
7	CONFECÇÃO DE MOLDURA COM PASSEPARTOUT DE PH NEUTRO 6 CM BRANCO COM VIDRO E EUCATEX	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 79,00	R\$ 553,00
1	SERVIÇO DE CORTE EM FOLDERS.	RC PLASTIFICAÇÃO GRÁFILA LTDA - ME	R\$ 80,00	R\$ 80,00
1	CONserto DE CALCULADORA ELETRÔNICA	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 58,00	R\$ 58,00
1	CONserto DE MÁQUINA ELÉTRICA OLIVETTI	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 95,00	R\$ 95,00
1	ASSINATURA DO JORNAL FOLHA DO OESTE	EDITORA JORNALISTICA FOLHA DO OESTE CATARINENSE LTDA	R\$ 270,00	R\$ 270,00
3	KIT PARA IMPRESSORA DE FOTOS	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 359,00	R\$ 1.077,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 322,88	R\$ 322,88
1	IMPRESSORA PARA FOTOS DIGITAL.	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 1.108,00	R\$ 1.108,00
1	ASSINATURA DO JORNAL GAZETA CATARINENSE	EDITORA JORNALÍSTICA FAC	R\$ 360,00	R\$ 360,00
1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 250,00	R\$ 250,00
1	LIMPEZA DE BICOS INJETOR	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 100,00	R\$ 100,00
1	SILENCIOSO TRASEIRO, PARA VEICULOS	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 180,00	R\$ 180,00
4	SUPORTE DE BORRACHA, PARA DESCARGA	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 9,70	R\$ 38,80
1	FILTRO DE OLEO ZETEC	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	JUNTA VED TAMPA VALV 4236	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 58,00	R\$ 58,00
1	ANEL VEDAÇÃO BUJÃO DO CARTER	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 5,00	R\$ 5,00
2	TRAVAS BICOS MPFI	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 19,25	R\$ 38,50
1	ASSINATURA DO JORNAL IMAGEM DE SAO MIGUEL DO OESTE	GRÁFICA EDITORA SÃO MIGUEL LTDA-ME	R\$ 200,00	R\$ 200,00
4	OLEO/LUBRIFICANTE OLEO DE MOTOR PARA VEICULOS	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 10,00	R\$ 40,00
2	ÓLEO DE CAIXA	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 15,00	R\$ 30,00
2	FLUIDO DE FREIO, FRASCO COM 200 ML	IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS)	R\$ 7,50	R\$ 15,00
40	ASSINATURA DO JORNAL FOLHA DE CHAPECÓ	REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA-ME	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00

40	ASSINATURA DO JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU	REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA-ME	R\$ 400,00	R\$ 16.000,00
40	PUXADOR METALICO PARA GAVETA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 4,46	R\$ 178,40
5	PARAFUSO PARA FIXAR BACIO SANITÁRIO COM PORCA 8 X 1/4	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 4,95	R\$ 24,75
2	BATERIA 12V	DOMITEK COM. E ASSIST. TEC. LTDA EPP	R\$ 87,21	R\$ 174,42
1	CONCERTO DE MÁQUINA DE ESCRIVER ELÉTRICA BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 90,00	R\$ 90,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARISA NASPOLINI PIS:12189565113	R\$ 700,00	R\$ 700,00
16	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-20.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 15,00	R\$ 240,00
1	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-30.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 18,00	R\$ 18,00
5	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-40.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 25,00	R\$ 125,00
5	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-50.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 33,00	R\$ 165,00
1	CARIMBO MARCADOR M-60.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 38,00	R\$ 38,00
2	CARIMBO MARCADOR L-55.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 35,00	R\$ 70,00
4	CARIMBO MARCADOR Q-43	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 35,00	R\$ 140,00
1	CARIMBO MARCADOR Q30	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 30,00	R\$ 30,00
5	REFIL PARA CARIMBO 4913.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 11,00	R\$ 55,00
2	REFIL PARA CARIMBO M-50/M-60.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME	R\$ 13,00	R\$ 26,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA HELENA PASQUALLOTTO RIBEIRO PIS:12330192349	R\$ 880,00	R\$ 880,00
70	CABO ELETRICO PP 3x2,5 MM	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 3,18	R\$ 222,60
10	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO POLIONDAS NA COR CINZA	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,80	R\$ 28,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	CLARISSE LEAL FREITAS- 10238535050	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ELIZABETE CRISTINA DA LUZ 00537469966	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
40	SERVIÇO DE COFFE-BREAK	NELSON GRABOVSKI	R\$ 6,50	R\$ 260,00
6,8	LAVAÇÃO DE ROUPAS	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R\$ 6,60	R\$ 44,88
50	CAIXA DE ACRILICO CRISTAL 3MM COM BASE DE ACRILICO DUPLO PRETO 23x7x4CM	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
600	Caixa em PP fosco com impressão 1 com verniz 23x7x4cm	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 6,70	R\$ 4.020,00
12	CAIXA DE ACRILICO CRISTAL 3MM COM BASE DE ACRILICO DUPLO PRETO 28x10x9CM	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 55,00	R\$ 660,00
40	SERVIÇO DE COFFE-BREAK	KIBEL LTDA - EPP	R\$ 5,25	R\$ 210,00
12	ÁLCOOL ETÍLICO 70%	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 5,95	R\$ 71,40
1	LOCAÇÃO DE PAINÉIS MODULARES(DIVISÓRIAS)	FOLHA STANDS SINALIZAÇÃO E MONTAGEM	R\$ 7.915,00	R\$ 7.915,00
1	ESCALA DOBRÁVEL EM ALUMINIO COM 16 DEGRAUS	GRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 364,00	R\$ 364,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO APARELHO DE CROMOTERAPIA	JOROM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA TECNOLOGIA LTDA	R\$ 160,00	R\$ 160,00
2	PERFURADOR INDUSTRIAL CAPACIDADE 100 FOLHAS	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 137,00	R\$ 274,00
8	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE LUZ BRANCA 16 WATTS, 220 VOLTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 5,60	R\$ 44,80
4	REATOR ELETRÔNICO DE PARTIDA RÁPIDA 2 X 16 W 220 V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 22,60	R\$ 90,40
2	LUMINÁRIA DE SOBREPOR 2 X 40W, COMPLETA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 56,00	R\$ 112,00
2	GRAMPEADOR GRANDE PARA APROXIMADAMENTE 100 FOLHAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 46,00	R\$ 92,00
2	LUMINÁRIA DE SOBREPOR 4 x 16W REFLETOR ALETAS ANODIZADAS - ESTREITA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 161,40	R\$ 322,80
1	PROCESSO CAUTELAR - SÉRGIO CRUZ DE ARENHART (3ª EDIÇÃO, RT, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 87,00	R\$ 87,00
1	PROCESSO CAUTELAR - SÉRGIO CRUZ DE ARENHART (3ª EDIÇÃO, RT, 2011)	LIVRARIA LIVROS & LIVROS	R\$ 87,00	R\$ 87,00
1	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - MARÇAL JUSTEN FILHO (7ª EDIÇÃO, FORUM, 2011)	LIVRARIA LIVROS & LIVROS	R\$ 94,90	R\$ 94,90
1	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL COMENTADO - THEOTONIO NEGRÃO (2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 201,75	R\$ 201,75
1	TEORIA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - FÁBIO MELINA OSÓRIO (ED. REVISTA DOS TRIBUNAIS)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 68,20	R\$ 68,20
1	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO (28ª EDIÇÃO, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 93,75	R\$ 93,75

1	DIREITO PROCESSUAL, CONSTITUCIONAL - PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR. (ED. LIVR. UNIVERSITÁRIA)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 74,25	R\$ 74,25
1	MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL - ROBERTO B. DIAS DA SILVA (ED. MANOLE, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 61,50	R\$ 61,50
1	DIREITO CONSTITUCIONAL - MARCELO NOVELENO (5ª EDIÇÃO, ÉD. MÉTODO, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 60,76	R\$ 60,76
1	CÓDIGO CIVIL COMENTADO - THEOTONIO NEGRÃO (2011)	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 191,20	R\$ 191,20
1	COMENTÁRIO À LEI DE LICITAÇÃO - MARÇAL JUSTIN FILHO (14ª EDIÇÃO)	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 166,40	R\$ 166,40
1	DIREITO CONSTITUCIONAL ESQUEMATIZADO - PEDRO LENZA (ED. LIVR. UNIVERSITÁRIA)	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 71,20	R\$ 71,20
1	CONSTITUIÇÃO REINVENTADA PELA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL - JOSÉ LUIZ M. ESTIEVES (ED. DEL REY, 2011)	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 131,20	R\$ 131,20
1	COISA JULGADA VERSUS INCONSTITUCIONALIDADE - CONTROVÉRSIA E PERSPECTIVAS - RODRIGO ESPERANÇA BORBA (ED. JURUÁ, 2011)	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 40,00	R\$ 40,00
1	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA - LÚCIO ANTONIO C. JUNIOR (2ª EDIÇÃO, LUMEN, 2009)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 43,28	R\$ 43,28
1	DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA - JOEL DE MENEZES NIEBUHR (3ª EDIÇÃO, FORUM)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 86,25	R\$ 86,25
1	GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TEORIA E PRÁTICA DE PAULO MODESTO (COORDENADOR) - ALICE GONZAGA BORGES E OUTROS (2ª EDIÇÃO, FORUM, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 66,75	R\$ 66,75
1	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONTEÚDO JURÍDICO E DIMENSÃO CONSTITUCIONAL - ROSANA MOREIRA BRITO BASTOS (1ª EDIÇÃO, FORUM, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 33,75	R\$ 33,75
1	SERVIDORES PÚBLICOS E DIREITO ADQUIRIDO - ANTONIO RUSSO FILHO (1ª EDIÇÃO, FORUM, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 31,50	R\$ 31,50
1	DIREITO DE IMPRENSA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO - SOLUÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICA APÓS A REVOGAÇÃO DA LEI 5.250/67 - LUIZ MANOEL GOMES JR. (ED. REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 26,04	R\$ 26,04
1	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO - MÁRCIO PESTANA (ED. CAMPOS, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 63,58	R\$ 63,58
1	DIREITO ADMINISTRATIVO - HELY LOPES MEIRELLES (ED. MALHEIROS, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 79,50	R\$ 79,50
1	PROCESSO ADMINISTRATIVO - TEMAS POLÊMICOS DA LEI 9.784/99 - IRENE PATRÍCIA NOHARA (ED. ATLAS, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 56,42	R\$ 56,42
1	CONSTITUIÇÃO DO BRASIL INTERPRETADA E LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL - ALEXANDRE DE MORAES (8ª EDIÇÃO, ALTAS, 2010)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 223,20	R\$ 223,20
1	COMENTÁRIO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - WALBER DE MOURA AGRA E OUTROS (ED. FORENSE, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 230,52	R\$ 230,52
1	QUADRO DO RETRATO DO EX PRESIDENTE - DEPUTADO GILMAR KNAESEL - AUTOR: ZÉLIO ANDREZZO.	ZÉLIO ANDREZZO	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
13,5	PEÇAS DE GRANITO CINZA ANDORINHA	MARMORARIA AS MARMORES E GRANITOS LTDA	R\$ 150,00	R\$ 2.025,00
20	RODIZIO GIRATORIO EM SILICONE PARA MOVEIS	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 7,39	R\$ 147,80
1	DIREITO CONSTITUCIONAL - PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (ED. SARAIVA, 6ª EDIÇÃO, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 169,00	R\$ 169,00
1	DIREITO CONSTITUCIONAL - PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (ED. SARAIVA, 6ª EDIÇÃO, 2011)	LIVRARIA LIVROS & LIVROS	R\$ 169,00	R\$ 169,00
1	PREGÃO PRESENCIAL ELETRÔNICO - JOEL DE MENEZES NIEBUHR (6ª EDIÇÃO, FORUM)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 119,00	R\$ 119,00
1	PREGÃO PRESENCIAL ELETRÔNICO - JOEL DE MENEZES NIEBUHR (6ª EDIÇÃO, FORUM)	LIVRARIA LIVROS & LIVROS	R\$ 119,00	R\$ 119,00
1	EFEITO DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - REGINA MARIA MACEDO E NERY FERRARI (ED. REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2011)	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	R\$ 49,90	R\$ 49,90

*** X X X ***